

Diário do Legislativo de 25/04/2007

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - PFL

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB-PPS-PTB-PSC-PHS-PMN-PR-PRTB)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

Vice-Líderes: Ademir Lucas (PSDB), Ana Maria Resende (PSDB) e Célio Moreira (PSDB)

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Gustavo Corrêa

Vice-Líder: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Adalclever Lopes

Vice-Líder: Gilberto Abramo

LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputada Elisa Costa

Vice-Líder: Deputado Almir Paraca

LIDERANÇA DO PV:

Líder: Deputado Agostinho Patrús Filho

Vice-Líder: Deputado Rômulo Veneroso

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Sebastião Helvécio

Vice-Líder: Carlos Pimenta

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes:

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Domingos Sávio (PSDB)

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Paulo Guedes (PT)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min.

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elmiro DEM Presidente
Nascimento

Deputado Ademir BSD Vice-Presidente
Lucas

Deputado BSD
Domingos Sávio

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado André PT
Quintão

Deputado Chico PSB
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo Corrêa DEM

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Dalmo Ribeiro BSD
Silva

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputada Elisa Costa PT

Deputado Juninho Araújo BSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 16h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Weliton PT Presidente
Prado

Deputado Ronaldo BSD Vice-Presidente
Magalhães

Deputado Neider BSD
Moreira

Deputada Cecília PT
Ferramenta

Deputado Wander PSB
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo Guedes PT

Deputado Eros Biondini BSD

Deputado Sebastião BSD
Costa

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Doutor Rinaldo PSB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BSD Presidente
Ribeiro Silva

Deputado Gilberto PMDB Vice-Presidente
Abramo

Deputado Sebastião BSD
Costa

Deputado Delvito DEM
Alves

Deputado Gil PP
Pereira

Deputado Hely PV
Tarquínio

Deputado Sargento PDT
Rodrigues

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir Lucas BSD

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Gustavo DEM
Valadares

Deputado Dimas Fabiano PP

Deputado Délio PV

Malheiros

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia BSD Presidente
Brandão

Deputado Dimas PP Vice-Presidente
Fabiano

Deputado Antônio BSD
Genaro

Deputada Maria DEM
Lúcia Mendonça

Deputada Rosângela Reis PV

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro BSD
Silva

Deputado

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Hely Tarquínio PV

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio PV Presidente
Malheiros

Deputado Carlos PDT Vice-Presidente
Pimenta

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado Antônio PMDB
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Neider Moreira BSD

Deputado Sávio Souza PMDB
Cruz

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT Presidente
Ângelo

Deputado Luiz PMDB Vice-Presidente
Tadeu Leite

Deputado João BSD
Leite

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Ruy DEM
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Weliton Prado PT

Deputado Vanderlei PMDB
Miranda

Deputado Djalma Diniz BSD

Deputado Walter Tosta BSD

Deputado Antônio Carlos BSD
Arantes

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Deiró BSD Presidente
Marra

Deputada Maria DEM Vice-Presidente
Lúcia Mendonça

Deputada Ana BSD
Maria Resende

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Wander PSB
Borges

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Almir Paraca PT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BSD Presidente

Deputado Jayro DEM Vice-Presidente
Lessa

Deputado Lafayette BSD
de
Andrada

Deputado Antônio PMDB
Júlio

Deputada Elisa PT
Costa

Deputado Agostinho PV
Patrús
Filho

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputado Antônio Carlos BSD
Arantes

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado André Quintão PT

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Carlos Pimenta PDT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio PMDB Presidente
Souza Cruz

Deputado Fábio BSD Vice-Presidente
Avelar

Deputado Almir PT
Paraca

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Wander PSB
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Padre João PT

Deputado Agostinho PV
Patrús Filho

Deputado Deiró Marra BSD

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PT Presidente
Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado João BSD
Leite

Deputado DEM
Gustavo Valadares

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PT

Deputado Fábio Avelar BSD

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Presidente

Deputado Padre PT Vice-Presidente
João

Deputado Getúlio PMDB
Neiva

Deputado Antônio BSD
Carlos Arantes

Deputado Chico PSB
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PP

Deputada Cecília PT
Ferramenta

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Deiró Marra BSD

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
Lafayette de Andrada

Deputado PV Vice-Presidente
Agostinho Patrús Filho

Deputada Gláucia BSD
Brandão

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite BSD

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Dimas PP
Fabiano

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente
Mosconi

Deputado Hely PV Vice-Presidente
Tarquínio

Deputado Ruy DEM
Muniz

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Doutor PSB
Rinaldo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputada Rosângela PV
Reis

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Paulo Cesar PDT

Deputado Juninho Araújo BSD

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 8h45min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sargento Rodrigues PDT Presidente

Deputado Cesar Paulo PDT Vice-Presidente

Deputado Malheiros Délio PV

Deputado Tadeu Leite Luiz PMDB

Deputado Leonardo Moreira DEM

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Helvécio Sebastião PDT

Deputado Veneroso Rômulo PV

Deputado Lopes Adalclever PMDB

Deputado Jayro Lessa DEM

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Reis Rosângela PV Presidente

Deputada Costa Elisa PT Vice-Presidente

Deputado Tosta Walter BSD

Deputado Sávio Domingos BSD

Deputado Carlos Arantes Antônio BSD

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Almir Paraca PT

Deputado Bráulio Braz BSD

Deputado Carlos Mosconi BSD

Deputada Maria Lúcia DEM
Mendonça

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo DEM Presidente
Valadares

Deputado Juninho BSD Vice-Presidente
Araújo

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Djalma BSD
Diniz

Deputado Gil PP
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo DEM
Corrêa

Deputado Chico Uejo PSB

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Zezé Perrella BSD

Deputado

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente
Vanderlei Miranda

Deputado Bráulio BSD Vice-Presidente
Braz

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputado Zezé BSD
Perrella

Deputada Cecília PT
Ferramenta

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Getúlio Neiva PMDB

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Luiz Humberto Carneiro BSD

Deputado Neider Moreira BSD

Deputado Almir Paraca PT

OUVIDORIA PARLAMENTAR

OUVIDOR-GERAL: Deputado Inácio Franco (PV)

SUMÁRIO

1 - RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

2 - ATAS

2.1 - Reunião de Comissões

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissão

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - ERRATA

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

Adalclever Ribeiro Lopes (PMDB)

* Adalclever Lopes

Ademir Lucas Gomes (PSDB)

* Ademir Lucas

Agostinho Célio Andrade Patrús (PV)

* Agostinho Patrús Filho

Alberto Pinto Coelho Júnior (PP)

* Alberto Pinto Coelho

Alencar Magalhães da Silveira Júnior (PDT)

* Alencar da Silveira Jr.

Almir Paraca Cristovão Cardoso (PT)

* Almir Paraca

Ana Maria Resende Vieira (PSDB)

* Ana Maria Resende

André Quintão Silva (PT)

* André Quintão

Antônio Carlos Arantes (PSC)

* Antônio Carlos Arantes

Antônio Genaro Oliveira (PSC)

* Antônio Genaro

Antônio Júlio de Faria (PMDB)

* Antônio Júlio

Antônio Rinaldo Valério (PSB)

* Doutor Rinaldo

Arlen de Paulo Santiago Filho (PTB)

* Arlen Santiago

Braulio José Tanus Braz (PTB)

* Bráulio Braz

Carlos Eduardo Venturelli Mosconi (PSDB)

* Carlos Mosconi

Carlos Magno de Moura Soares (PCdoB)

* Carlin Moura

Carlos Welth Pimenta de Figueiredo (PDT)

* Carlos Pimenta

Célio de Cássio Moreira (PSDB)

* Célio Moreira

Dalmo Roberto Ribeiro Silva (PSDB)

* Dalmo Ribeiro Silva

Deiró Moreira Marra (PR)

* Deiró Marra

Délio de Jesus Malheiros (PV)

* Délio Malheiros

Delvito Alves da Silva Filho (DEM)

* Delvito Alves

Dimas Fabiano Toledo Junior (PP)

* Dimas Fabiano

Dinis Antônio Pinheiro (PSDB)

* Dinis Pinheiro

Djalma Florêncio Diniz (PPS)

* Djalma Diniz

Domingos Sávio Campos Resende (PSDB)

* Domingos Sávio

Durval Ângelo Andrade (PT)

* Durval Ângelo

Edy Araújo Júnior (PRTB)

* Juninho Araújo

Elisa Maria Costa (PT)

* Elisa Costa

Elmiro Alves do Nascimento (DEM)

* Elmiro Nascimento

Eros Ferreira Biondini (PHS)

* Eros Biondini

Fábio Lúcio Rodrigues Avelar (PSC)

* Fábio Avelar

Fahim Miguel Sawan (PSDB)

* Fahim Sawan

Francisco Takeshi de Souza Uejo (PSB)

* Chico Uejo

Getúlio Afonso Porto Neiva (PMDB)

* Getúlio Neiva

Gilberto Aparecido Abramo (PMDB)

* Gilberto Abramo

Gilberto Wagner Martins Pereira Antunes (PP)

* Gil Pereira

Gustavo da Cunha Pereira Valadares (DEM)

* Gustavo Valadares

Gustavo de Faria Dias Corrêa (DEM)

* Gustavo Corrêa

Hely Tarquínio (PV)

* Hely Tarquínio

Inácio Franco (PV)

* Inácio Franco

Irani Vieira Barbosa (PSDB)

* Irani Barbosa

Ivair Nogueira do Pinho (PMDB)

* Ivair Nogueira

Jayro Luiz Lessa (DEM)

* Jayro Lessa

João Carlos Siqueira (PT)

* Padre João

João Leite da Silva Neto (PSDB)

* João Leite

José Alves Viana (DEM)

* Doutor Viana

José de Freitas Maia (PSDB)

* Zé Maia

José Henrique Lisboa Rosa (PMDB)

* José Henrique

José Perrella de Oliveira Costa (PSDB)

* Zezé Perrella

Lafayette Luiz Doorgal de Andrada (PSDB)

* Lafayette de Andrada

Leonardo Fernandes Moreira (DEM)

* Leonardo Moreira

Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

* Luiz Humberto Carneiro

Luiz Savio de Souza Cruz (PMDB)

* Sávio Souza Cruz

Luiz Tadeu Leite (PMDB)

* Luiz Tadeu Leite

Maria Cecília Ferreira Delfino (PT)

* Cecília Ferramenta

Maria Gláucia Costa Brandão (PPS)

* Gláucia Brandão

Maria Lúcia Soares de Mendonça (DEM)

* Maria Lúcia Mendonça

Mauri José Torres Duarte (PSDB)

* Mauri Torres

Neider Moreira de Faria (PPS)

* Neider Moreira

Paulo César de Freitas (PDT)

* Paulo Cesar

Paulo José Carlos Guedes (PT)

* Paulo Guedes

Pedro Ivo Ferreira Caminhas (PP)

* Pinduca Ferreira

Rêmolô Aloise (PSDB)

* Rêmolô Aloise

Roberto Vieira de Carvalho (PT)

* Roberto Carvalho

Romulo Víctor Pinheiro Veneroso (PV)

* Rômulo Veneroso

Ronaldo Lage Magalhães (PSDB)

* Ronaldo Magalhães

Rosângela de Oliveira Campos Reis (PV)

* Rosângela Reis

Ruy Adriano Borges Muniz (DEM)

* Ruy Muniz

Sebastião Costa da Silva (PPS)

* Sebastião Costa

Sebastião Helvecio Ramos de Castro (PDT)

* Sebastião Helvécio

Tiago Ulisses de Castro e Oliveira (PV)

* Tiago Ulisses

Vanderlei Andrade Miranda (PMDB)

* Vanderlei Miranda

Walter da Rocha Tosta (PMN)

* Walter Tosta

Wander José Goddard Borges (PSB)

* Wander Borges

Washington Fernando Rodrigues (PDT)

* Sargento Rodrigues

Weliton Fernandes Prado (PT)

* Weliton Prado

Em 12/4/2007

Observação: nome parlamentar indicado por asterisco.

Republicada em virtude do disposto no § 4º do art. 7º do Regimento Interno.

ATAS

ATA DA 4ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 28/3/2007

Às 15h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Vanderlei Miranda, Bráulio Braz e Eros Biondini, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Bráulio Braz, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 93/2007 para a qual designou relator o Deputado Vanderlei Miranda. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 157 e 212/2007. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Vanderlei Miranda, em que solicita sejam realizadas audiências públicas desta Comissão e da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização com o intuito de debater a comercialização de placas de táxis em Belo Horizonte e na Região Metropolitana; e seja realizada reunião conjunta desta Comissão e da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras públicas, para se debater a operação de compra da Way - TV pela Oi- Telemar. O Presidente, Deputado Vanderlei Miranda, antes de finalizar a reunião informa que o Deputado Eros Biondini será seu suplente no Fórum de Turismo. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2007.

Vanderlei Miranda, Presidente - Eros Biondini - Cecília Ferramenta.

ATA DA 6ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 4/4/2007

Às 10h07min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sávio Souza Cruz, Fábio Avelar, Rômulo Veneroso e Wander Borges, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, a Deputada Elisa Costa e os Deputados Carlos Pimenta, Dinis Pinheiro, Domingos Sávio, Jayro Lessa, Carlin Moura e Ronaldo Magalhães. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fábio Avelar, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater as atividades realizadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e pelo Copam no ano de 2006 e os planos e projetos a serem desenvolvidos em 2007 e a apreciar a matéria constante na pauta. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 301/2007, no 1º turno, para o qual designou como relator o Deputado Almir Paraca. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião, para ouvir o Sr. José Carlos Carvalho, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente do Copam, que é convidado a tomar assento à mesa. O Presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra ao convidado, que faz a sua exposição, discorrendo sobre as atividades realizadas por aquela Secretaria e pelo Copam no ano de 2006 e sobre os planos e projetos a serem desenvolvidos em 2007. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência, por deliberação dos membros da Comissão presentes, retira as matérias constantes na pauta, agradece ao Sr. José Carlos Carvalho e a seus assessores as informações e os subsídios prestados à Comissão; agradece também a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2007.

Sávio Souza Cruz, Presidente - Rômulo Veneroso - Almir Paraca - Wander Borges.

ATA DA 6ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Cultura NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 10/4/2007

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Gláucia Brandão, Maria Lúcia Mendonça e Rosângela Reis, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, a Deputada Elisa Costa e os Deputados Almir Paraca e Eros Biondini. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Gláucia Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Rosângela Reis, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater os programas estaduais que visem ao fomento e ao incentivo de iniciativas culturais nos Municípios e apreciar a matéria constante na pauta. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir a Sra. Eleonora Santa Rosa, Secretária de Cultura, que é convidada a tomar assento à mesa. A Presidente, como autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra à convidada, para que faça sua exposição. Registra-se a presença das Sras. Mônica Cerqueira, Diretora da Fundação Clóvis Salgado; Sônia Valadares, Diretora da Lei Estadual de Incentivo da Secretaria de Cultura, Patrícia Avellar Zol, da Diretoria de Ensino e Extensão da Fundação Clóvis Salgado; Tânia Boaventura, Diretora de Planejamento, Gestão e Finanças da Fundação Clóvis Salgado; Celma Regina Ferreira, Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças da Secretaria de Estado de Cultura; dos Srs. Israel do Vale; Cristina Lima, Diretora de Programação da Fundação Clóvis Salgado; e Diomar Silveira, Chefe de Gabinete da Fundação Clóvis Salgado; Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Fazem uso da palavra os Srs. Marcelo Braga, Secretário Adjunto da Secretária de Cultura; Antônio Achillis A. Silva, Presidente da Rede Minas; Nestor Sant'ana, Presidente da Rádio Inconfidência; Lúcia Camargo, Presidente da Fundação Clóvis Salgado; Liana Portilho, Presidente do Iepha; Ana Maria Pacheco, Presidente da Fundação de Arte de Ouro Preto; Maria Augusta da Nóbrega Cesarino, Superintendente de Bibliotecas; Silvania Sousa do Nascimento, Superintendente de Museus; Renato Pinto Venâncio, Superintendente do Arquivo Público Mineiro; Júnia Horta, Superintendente de Ação

Cultural da Secretaria de Cultura; e Maria das Dores Pimentel Nogueira, Superintendente de Interiorização de Cultura. A Presidente, verificando a inexistência de número regimental, agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de abril de 2007.

Gláucia Brandão, Presidente - Maria Lúcia Mendonça - Lafayette de Andrada.

ATA DA 5ª REUNIÃO Ordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 11/4/2007

Às 15h45min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Antônio Carlos Arantes e Domingos Sávio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Carlos Arantes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de ofício da Sra. Renata Vilhena, Secretária de Estado de Planejamento e Gestão, encaminhando o "Relatório dos Programas Sociais" referente ao exercício de 2007. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 267/2007, em 1º turno (Deputado Domingos Sávio); 395/2007, em turno único (Deputado Antônio Carlos Arantes); 407/2007, em turno único (Deputada Elisa Costa); 316 e 406/2007, em turno único (Deputado Walter Tosta). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 208/2007 com a Emenda nº1, 282/2007 (relator: Deputado Domingos Sávio); 277/2007 com a Emenda nº1 (relator: Deputado Antônio Carlos Arantes), que receberam parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 248/2007. Com a palavra, o Deputado Domingos Sávio cumprimenta e parabeniza a Deputada Rosângela Reis pela forma habilidosa como intermediou o encontro entre a Secretária Renata Vilhena e os Defensores Públicos do Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2007.

Rosângela Reis, Presidente - Domingos Sávio - Maria Lúcia Mendonça.

ATA DA 2ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 19/4/2007

Às 11h6min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Luiz Tadeu Leite e João Leite, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, a Deputada Elisa Costa. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a realizar audiência pública, para ouvir o Sr. Perly Cipriano, Subsecretário da Subsecretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, que apresentará o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. O Deputado Durval Ângelo, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos Srs. Perly Cipriano; Nilmário Miranda, ex-Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos e Presidente Estadual do PT; João Batista de Oliveira, Subsecretário de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social; Emely Vieira Salazar, Presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos; Rodrigo Figueira de Oliveira, Promotor de Justiça e Coordenador do CAO-DH; Leopoldo Portela Júnior, Defensor-Geral da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de abril de 2007.

Durval Ângelo, Presidente - Luiz Tadeu Leite - Ruy Muniz - Carlos Pimenta - Paulo Guedes.

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia DA 32ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, EM 25/4/2007

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.398/2002, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Tribunal de Contas do Estado referentes ao exercício de 2000. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 1.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.399/2002, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Tribunal de Contas do Estado referentes ao exercício de 2001. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 1.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1.150/2003, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Tribunal de Contas do Estado referentes ao exercício de 2002. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 323/2007, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conquista os imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 26/2007, do Deputado Ivair Nogueira, que altera dispositivos da Lei nº 11.544, de 25/7/94, que regulamenta o § 3º do art. 222 da Constituição do Estado, tornando obrigatória, nos cinemas do Estado, antes das sessões principais, a exibição de um filme publicitário sobre as consequências do uso de drogas. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h15min do dia 25/4/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 213/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; e 597/2007, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 417/2007, do Deputado Jayro Lessa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da comissão de Saúde Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h15min do dia 25/4/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater o processo de contratualização na área da saúde com os hospitais do Estado, com convidados mencionados na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 25/4/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 219/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 306/2007, do Governador do Estado.

Requerimento nº 403/2007, do Deputado Hely Tarquínio.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 25/4/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 68/2007, do Deputado Paulo Guedes; 131/2007, do Deputado Adalclever Lopes.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 234/2007, do Deputado Delvito Alves; 270/2007, do Deputado Leonardo Moreira; 313/2007, do Deputado Jayro Lessa.

Finalidade: debater, em audiência pública, a atual situação do Aterro Sanitário de Belo Horizonte, localizado na BR-040.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10h30min do dia 25/4/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 123/2007, do Deputado Ivair Nogueira; 279/2007, do Deputado Célio Moreira.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 29/2007, do Governador do Estado; 93/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 132/2007, do Deputado Adalclever Lopes; 305/2007, do Governador do Estado; 320/2007, do Deputado Domingos Sávio; 322 e 329/2007, do Deputado Zé Maia; 380/2007, do Deputado Paulo Cesar; 456/2007, da Deputada Ana Maria Resende; 522/2007, do Deputado Dinis Pinheiro.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Redação Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h15min do dia 25/4/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15h30min do dia 25/4/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 406 a 416/2007, do Deputado Jayro Lessa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15h30min do dia 25/4/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 24/2007, do Deputado Ivair Nogueira; e 45/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 395/2007, do Deputado Antônio Júlio; e 407/2007, do Deputado Sebastião Helvécio.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 16h30min do dia 25/4/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 401/2007, do Deputado Chico Uejo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 25/4/2007, destinadas, ambas, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; e, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, e, 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Resolução nºs 2.398/2002, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Tribunal de Contas do Estado referentes ao exercício de 2000; 2.399/2002, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Tribunal de Contas do Estado referentes ao exercício de 2001; e 1.150/2003, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Tribunal de Contas do Estado referentes ao exercício de 2002; e dos Projetos de Lei nºs 26/2007, do Deputado Ivair Nogueira, que altera dispositivos da Lei nº 11.544, de 25/7/94, que regulamenta o § 3º do art. 222 da Constituição do Estado, tornando obrigatório nos cinemas do Estado, antes das sessões principais, a exibição de um filme publicitário sobre as consequências do uso de drogas; e 323/2007, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conquista os imóveis que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 24 de abril de 2007.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 5/2007

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Délio Malheiros, Delvito Alves, Sargento Rodrigues e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 25/4/2007, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente e de designar o relator.

Sala das Comissões, 24 de abril de 2007.

Ademir Lucas, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Cesar, Délio Malheiros, Leonardo Moreira e Luiz Tadeu Leite, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 27/4/2007, às 9h30min, no salão da Casa Paroquial, na Praça da Matriz, 264, em Itamarandiba, com a finalidade de discutir, em audiência pública, a segurança pública nos Municípios de Itamarandiba, Setubinha e Aricanduva.

Sala das Comissões, 24 de abril de 2007.

Sargento Rodrigues, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

"MENSAGEM Nº 24/2007*

Belo Horizonte, 19 de abril de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa,

Encaminho a Vossa Excelência, para exame dessa Egrégia Assembléia Legislativa, o Projeto de Lei que dispõe sobre a concessão de reajuste aos servidores policiais civis, militares, bombeiros militares, agentes de segurança penitenciários e agentes de segurança socioeducativos do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais.

O reajuste proposto dá continuidade às medidas para valorização dos referidos profissionais e está em conformidade com os objetivos prioritários do Governo, uma vez que contribui para o fortalecimento e a adequada atuação do Sistema de Defesa Social do Estado de Minas Gerais.

Para a elaboração do presente projeto, foram observados os limites de despesa de pessoal determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como a sustentabilidade que constitui premissa para a concessão de reajustes e vantagens pecuniárias aos servidores públicos do Poder Executivo Estadual.

Solicito conferir tratamento especial à matéria, através da tramitação em regime de urgência, previsto no art. 69 da Constituição do Estado.

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a submeter à consideração dos seus Nobres Pares o presente Projeto de Lei.

Atenciosamente,

Aécio Neves, Governador do Estado.

Projeto de lei nº 929/2007

Dispõe sobre a concessão de reajuste nos valores do vencimento básico e remuneração básica das categorias que menciona.

Art. 1º - Ficam reajustados em 10% (dez por cento), a partir de 1º de setembro de 2007:

I - o vencimento básico dos cargos integrantes das carreiras policiais civis, a que se refere a Lei Complementar nº 84, de 25 de julho de 2005;

II - a remuneração básica dos postos e graduações da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar;

III - os valores da tabela de vencimento básico da carreira de Agente de Segurança Penitenciário, criada pela Lei nº 14.695, de 30 de julho de 2003;

IV - o vencimento básico da carreira de Agente de Segurança Penitenciário, a que se refere o art. 6º da Lei nº 13.720, de 27 de setembro de 2000;

V - os valores da tabela de vencimento básico da carreira de Agente de Segurança Socioeducativo, instituída pela Lei nº 15.302, de 10 de agosto de 2004;

VI - os valores remanescentes das parcelas mensais dos contratos temporários de prestação de serviços de Agente de Segurança Penitenciário e de Agente de Segurança Socioeducativo, celebrados com base no disposto no art. 11 da Lei nº 10.254, de 20 de julho de 1990.

§ 1º - Para fins do reajuste de que trata o inciso VI deste artigo fica dispensada a celebração de termo aditivo ao contrato temporário vigente.

§ 2º - O disposto neste artigo não se aplica aos servidores de que tratam os arts. 2º, 3º e 4º.

Art. 2º - Ficam reajustados em 14,83% (quatorze inteiros e oitenta e três centésimos por cento), a partir de 1º de setembro de 2007:

I - a remuneração básica do Tenente-Coronel da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar;

II - o vencimento básico do Delegado de Polícia, Nível Especial, Grau "E".

Art. 3º - Fica reajustada em 11,8% (onze inteiros e oito décimos por cento), a partir de 1º de setembro de 2007:

I - a remuneração básica do Terceiro-Sargento da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar;

II - o vencimento básico do Agente de Polícia Nível II, Grau "E";

III - o vencimento básico do Escrivão de Polícia Nível II, Grau "E".

Art. 4º - Fica reajustada em 11,2% (onze inteiros e dois décimos por cento), a partir de 1º de setembro de 2007:

I - o vencimento básico do Agente de Polícia Nível III, Grau "A";

II - o vencimento básico do Escrivão de Polícia Nível III, Grau "A".

Art. 5º - Ficam reajustados em 10% (dez por cento), a partir de 1º de setembro de 2008, os valores resultantes da aplicação do disposto no art. 1º.

Art. 6º - Ficam reajustados em 14,62% (quatorze inteiros e sessenta e dois centésimos por cento), a partir de 1º de setembro de 2008, os valores resultantes da aplicação do disposto no art. 2º.

Art. 7º - Ficam reajustados em 11,77% (onze inteiros e setenta e sete centésimos por cento), a partir de 1º de setembro de 2008, os valores resultantes da aplicação do disposto nos arts. 3º e 4º.

Art. 8º - Ficam reajustados em 10% (dez por cento), a partir de 1º de setembro de 2009, os valores resultantes da aplicação do disposto nos arts. 5º, 6º, e 7º.

Art. 9º - O disposto no "caput" do art. 1º e nos arts. 2º a 8º aplica-se aos servidores inativos que fazem jus à paridade, nos termos da Constituição Federal.

Art. 10 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 208, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

* - Publicado de acordo com o texto original.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 306/2007

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

De autoria do Governador do Estado, a proposição em epígrafe tem por objetivo seja dada denominação à Escola Estadual de Pasto do Governo, localizada no Município de Teófilo Otôni.

O projeto foi considerado jurídico, constitucional e legal pela Comissão de Constituição e Justiça, tal como apresentado, e agora vem a este órgão colegiado, a fim de ser apreciado conclusivamente, nos termos do art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 306/2007 tem por objetivo dar a denominação de Geraldo Ottoni Porto à Escola Estadual de Pasto do Governo.

A apresentação do projeto decorre de pedido formulado pelo colegiado da referida escola estadual de ensino fundamental, o qual, por unanimidade dos votos de seus integrantes, homologou a indicação do nome de Geraldo Ottoni Porto para denominá-la.

A Secretaria de Estado de Educação, convidada a manifestar-se sobre a pretendida alteração de nome, ratificou a decisão daquele colegiado escolar.

O homenageado nasceu em 1919 e faleceu em 1997. Entre as inúmeras atividades e ações que exerceu na localidade de Pasto do Governo, destacam-se: Vereador; Conselheiro da Associação Rural de Teófilo Otôni; colaborador na construção do Parque de Exposições; pioneiro e um dos fundadores da Empresa Laticínios Teófilo Otôni Ltda., que se transformou na Cooperativa de Laticínios de Teófilo Otôni Ltda.; colaborador na fundação do Frigorífico Frimusa; participação ativa na criação do Sindicato dos Produtores Rurais de Teófilo Otôni e da extinta Cooperativa de Eletrificação do Vale do Mucuri; responsável pela eletrificação das primeiras fazendas da região; sócio benemérito da União Operária; sócio remido do Círculo Operário; Conselheiro do Hospital Santa Rosália; doador do terreno para a construção da Escola Estadual Dr. Lourenço Porto. Além disso, recebeu a comenda de patrono da Escola Estadual Tristão da Cunha e a Comenda Almir Ramos, homenagem póstuma do Sindicato dos Produtores Rurais de Teófilo Otôni.

É justa, portanto, a homenagem que ora lhe quer prestar o Estado, atendendo ao manifesto desejo dos seus conterrâneos.

Conclusão

Em face do aduzido, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 306/2007, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 24 de abril de 2007.

Carlin Moura, relator.

Comissão de Direitos Humanos

Relatório

De autoria do Deputado Eros Biondini, o projeto de lei em epígrafe modifica a Lei nº 13.188, de 20/1/99, que dispõe sobre a proteção, o auxílio e a assistência às vítimas de violência no Estado.

No decorrer da tramitação, o Projeto de Lei nº 534/2007 foi anexado à proposição por guardar semelhança de conteúdo, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

Publicado no "Diário do Legislativo" de 9/2/2007, foi o projeto distribuído à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, legalidade e constitucionalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Vem agora o projeto a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, V, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em epígrafe altera a Lei nº 13.188, de 1999, que dispõe sobre a proteção, o auxílio e a assistência às vítimas de violência no Estado, e tem como objetivo garantir a realização de cirurgia reparadora gratuita nos casos de lesões ou seqüelas decorrentes de agressão.

Para os fins de sua aplicação, essa lei determina como vítima de violência a pessoa que tenha sofrido dano em consequência de delito penal; o cônjuge e o dependente da vítima; a pessoa que tenha sofrido dano ao intervir em socorro de alguém que estivesse em situação de perigo; e a testemunha que tenha sofrido ameaça por haver presenciado ou tomado conhecimento de ato criminoso ou por deter informação necessária à investigação e à apuração dos fatos. A Lei nº 13.188 também estabelece, no art. 3º, que a proteção, o auxílio e a assistência previstos no art. 1º consistem, entre outras coisas, em colaborar para a adoção de medidas imediatas que visem a reparar os danos físicos e materiais sofridos pela vítima. Fica evidente, assim, que a lei citada aborda o objeto da proposição, mas o faz de forma genérica. Diante disso, a Comissão de Constituição e Justiça, ao emitir seu parecer, apresentou o Substitutivo nº 1, a fim de evitar que certos tipos de lesões decorrentes de agressão física possam ser considerados de caráter estético, o que dificultaria o acesso a esse tipo de atendimento médico-cirúrgico nos hospitais e nos centros de saúde integrantes do SUS.

A medida em exame é mais uma opção para o combate a um dos problemas enfrentados pela sociedade brasileira: o aumento do número de vítimas de violência. Outras normas já foram editadas a esse respeito. Como exemplo, podemos citar as Leis nºs 13.432, de 1999, que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Estadual de Albergues para a Mulher Vítima de Violência; e 15.218, de 2004, que cria a Notificação Compulsória de Violência contra a Mulher e a Comissão de Monitoramento da Violência contra a Mulher.

Convém destacar o trabalho desenvolvido na Capital mineira pelo Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes Violentos - NAVCV -, que tem como principal objetivo atender à vítima e seus familiares, buscando identificar, compreender e atender demandas por justiça, resgate da cidadania e dos direitos humanos. O NAVCV é um programa da Secretaria Especial de Direitos Humanos em parceria com o Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social - Sedese -, e é gerenciado pela ONG SOS Racismo. Para o atendimento, o Núcleo conta com uma equipe multidisciplinar formada por profissionais das áreas jurídica, psicológica e social, com enfoque na promoção da cidadania e da cultura dos direitos humanos.

Entendemos que o substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça atende, de certa forma, ao objetivo do projeto. No entanto, para maior alcance da medida proposta, julgamos oportuno apresentar o Substitutivo nº 2, a fim de ampliar a assistência prestada pelo Estado às vítimas de violência.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 20/2007 na forma do Substitutivo nº 2, a seguir apresentado, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

SUBSTITUTIVO Nº 2

Modifica a Lei nº 13.188, de 20 de janeiro de 1999, que dispõe sobre a proteção, o auxílio e a assistência às vítimas de violência no Estado e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O art. 3º da Lei nº 13.188, de 20 de janeiro de 1999, fica acrescido dos seguintes incisos VII e VIII:

"Art. 3º - (...)

VII - garantir a realização de cirurgia reparadora nos casos de lesões ou seqüelas decorrentes de agressão comprovada mediante apresentação do Boletim de Ocorrência policial;

VIII - oferecer assistência social e psicológica à vítima de violência.".

Art. 2º - O inciso II do art. 4º da Lei nº 13.188, de 20 de janeiro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º - (...)

II - levantamento estatístico dos casos de violência no Estado, que discrimine o tipo e a forma de violência, e manutenção de banco de dados atualizado;".

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 19 de abril de 2007.

Durval Ângelo, Presidente - João Leite, relator - Luiz Tadeu Leite.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos proferidos em 18/4/2007

A Deputada Rosângela Reis - Sr. Presidente, Deputado Domingos Sávio, Deputada Elisa Costa, Deputados e Deputadas, imprensa; venho a esta tribuna para falar de vários pontos.

O primeiro deles é que vivemos no Estado de Minas Gerais, um Estado do qual nos orgulhamos. Orgulhamo-nos de fazer parte deste povo ordeiro, deste povo honesto e trabalhador; orgulhamo-nos de ser mineiros e mineiras, nesta terra tão promissora. Lembramo-nos de políticos brilhantes, como o Deputado Mendes Barros, Magalhães Pinto, Tancredo de Almeida Neves, políticos que, tenho certeza, procuraram cumprir seu mandato com honestidade, buscando defender os interesses do povo mineiro e de cada cidadão. Quero aqui, Sr. Presidente, falar dos quase 70 dias de greve da Defensoria Pública, uma classe de servidores que defende os mais pobres, zela pelos mais carentes, direito sagrado da Constituição Federal.

Queremos falar aqui que o dia 19 de maio será o Dia Nacional da Defensoria Pública, mas hoje, dia 18 de abril, está sendo lançada a campanha de valorização da Defensoria Pública, e toda esta Casa está sensível a essa causa.

O Deputado Ivair Nogueira (em aparte) - Em primeiro lugar, gostaria de parabenizá-la pelo aniversário, desejando que Deus lhe dê muitos anos de vida, saúde e paz.

Aproveitando sua fala, queria, mais uma vez, falar em nome dos Defensores Públicos do Estado de Minas Gerais, que têm dado tudo de si em prol da Defensoria Pública. Não temos dúvidas de que o Governador Aécio Neves irá fazer de tudo a fim de buscar uma alternativa para poder oferecer melhores condições de trabalho e remuneração, tendo em vista a ampla discussão já feita ao longo do tempo, em que a Defensoria Pública de Minas Gerais, se comparada com os outros Estados, fica muito aquém.

Dessa forma, mais uma vez estou usando os meios necessários para sensibilizar as autoridades competentes a fim de que reconheçam todo o esforço da Defensoria Pública de Minas Gerais e impeçam que seu quadro perca Defensores, como está acontecendo: a pessoa passa no concurso público, mas os salários não permitem sua permanência, e o quadro da Defensoria Pública está cada vez menor.

Sabemos da importância da Defensoria; tanto isso é verdade que, no momento, está sendo lançada no País uma campanha de valorização do Defensor Público.

Queremos parabenizá-la por seu pronunciamento. Esperamos que, já decorridos 69 dias sem solução, esta venha o mais rápido possível, não só para os Defensores Públicos, mas também para a Polícia Civil, a Militar e o funcionalismo público de modo geral. Obrigado.

A Deputada Rosângela Reis - Como Presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, propus um requerimento de audiência pública nesta Comissão para discutir não só os subsídios do Defensor Público, como também sua situação geral, com propostas para melhorar a Defensoria Pública do Estado.

Hoje vemos que a situação está insustentável. Estivemos, no dia 11, juntamente com o Deputado Domingos Sávio, em reunião com a Sra. Renata Vilhena, Secretária da Seplag, e nos foi informada a situação da Defensoria e o interesse do governo do Estado em estar aberto ao diálogo e buscar soluções e propostas para os anseios do órgão. Apresentou também a situação do orçamento e explicou as dificuldades do governo.

A nossa posição é que essa situação se resolva com diálogo e entendimento, e esperamos que se atenda aos anseios dos Defensores Públicos de Minas Gerais.

O Deputado Ademir Lucas (em aparte) - Gostaria, assim como o Deputado Ivair Nogueira, de cumprimentar V. Exa. por seu aniversário. Quero desejar-lhe muita felicidade e sorte no exercício do mandato e em sua vida pessoal. Desejo que você continue sendo essa pessoa generosa, uma boa companheira, essa surpresa agradável da política mineira que se tem revelado na Assembléia Legislativa.

Em segundo lugar, mais uma vez, queremos reafirmar nosso compromisso com a causa da Defensoria Pública, principalmente neste dia. Esse assunto já foi debatido hoje na Comissão de Administração Pública, e o Deputado Domingos Sávio, Líder da Maioria, já nos repassou a informação de que os entendimentos se iniciaram.

Não considero essa situação ideal, uma vez que a proposta de incorporação de vantagens para aumentar o piso não satisfaz, pois o piso continua sendo baixo, e as vantagens já existem. Além do mais, não me conformo com a afirmação de que não se pode comparar a Defensoria com o Ministério Público: ambas são carreiras jurídicas, exercidas por advogados formados nas mesmas escolas, com as mesmas atividades, e a Defensoria tem a responsabilidade maior de defender a base da sociedade, os mais carentes e mais pobres. No caso dos Procuradores Fiscais e dos Procuradores da Procuradoria-Geral, resalto que eles têm direito à sucumbência e podem continuar advogando. Portanto, há uma disparidade, sim, um diferencial muito grande em prejuízo da Defensoria Pública.

Espero que o Governador Aécio Neves determine à Seplag e à Secretaria de Fazenda que acelerem o trabalho. Já são 69 dias, e não é possível que a sociedade fique mais tempo com esse prejuízo. Pagam exatamente os mais necessitados e os mais carentes. Reafirmo o nosso compromisso e o nosso empenho junto ao governo, para que haja, verdadeiramente, uma proposta do governo que seja consentânea com a responsabilidade da Defensoria Pública e o compromisso com os mais carentes e os mais necessitados. Nesse grau de comparação, deveriam receber até mais, pois trabalham com os mais pobres e os mais carentes. Quanto às outras categorias, que respeitamos, pois são nossos colegas, reafirmo: eles têm sucumbência, ganham dinheiro nas causas do Estado, o que aumenta muito os salários tanto dos Procuradores Fiscais como dos Procuradores da Procuradoria-Geral. Eles têm direito à sucumbência e ainda a continuar advogando. Assim é bom! Se possível, que o tratamento à Defensoria fosse o mesmo. Assim não é possível. A Defensoria não tem sucumbência, os pobres não pagam. Que

lhes seja dado o tratamento condigno que eles merecem, o que precisamos reconhecer também. Um abraço e felicidades a V. Exa.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Deputada Rosângela Reis, parabenoza-a pela data festiva de hoje. A presença de V. Exa. no parlamento é uma grata revelação pelo seu espírito de ideal político, particularmente em defesa de sua região.

Faço coro com V. Exa. em defesa da Defensoria Pública. Aliás, não é de hoje que estamos debatendo esse tema na Assembléia Legislativa. Estou aguardando, com muito anseio e com uma reflexão muito positiva. Temos certeza absoluta que o nosso Defensor, Dr. Leopoldo, e o Dr. Eduardo têm mostrado as ações do governo. Posso dizer, temos acompanhado. Com certeza, o Governador irá, brevemente, discutir e apresentar a proposta que os incansáveis Defensores estão aguardando há quase 70 dias.

Solicitei aparte para saudá-la e para fazer coro com V. Exa. Agradeço ao Deputado Vanderlei Miranda a oportunidade de me manifestar.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Parabenoza V. Exa. pelo aniversário, orando para que Deus lhe dê não só muitos anos de vida, mas, principalmente, muita vida nos anos que Ele te conceder viver aqui, nesta terra, e parte deles vividos aqui dentro, fazendo o bem para a população mineira.

Empresto a minha voz ao discurso de V. Exa. e aos que a apartearam, para dizer que recebi uma carta do Sr. Célio Faria, Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública da cidade de Coromandel - creio que enviou esta carta a todos os gabinetes. Em respeito a esta carta do Presidente do Consep de Coromandel, em que manifesta a sua preocupação em relação aos Defensores, espero que o discurso de V. Exa., somado aos apartes feitos, como o do Deputado Ademir Lucas, um Deputado da base do governo, e o do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, possa sensibilizar o coração do Governador, que tem um coração voltado para as questões sociais. Sabemos que a luta dos Defensores Públicos está ligada, essencialmente, à causa social do nosso Estado e, especialmente, à causa dos pobres.

Esperamos que os discursos feitos aqui possam funcionar como uma caixa de ressonância e, mais que isso, sensibilizem o coração do Governador, pois já são 69 dias de luta dos Defensores. Nós, desta Casa, também estamos empenhados na busca de uma solução. Deixo minha palavra de apoio à causa dos Defensores. Parabéns a V. Exa.!

A Deputada Rosângela Reis - Reconhecemos os avanços do governo Aécio Neves em relação à Defensoria Pública de Minas Gerais. Foram avanços legislativos, estruturais, investimentos, mas a situação precisa ser resolvida o mais rápido possível. São quase 70 dias de greve. No dia em que, ao lado do Deputado Domingos Sávio, fomos ao gabinete da Secretária Renata Vilhena, ela nos disse que era prioridade apresentar a proposta para análise do Governador e do Vice-Governador e que se reuniria com o Dr. Leopoldo Portela em seguida.

O tema merece atenção especial, pois atinge sobretudo os que mais necessitam e não têm como pagar um advogado. A questão é complexa, envolve orçamento público e deve ser tratada com responsabilidade e critério pelo administrador, mas o Estado já teve tempo suficiente para resolvê-la. Em nosso gabinete, recebemos vários pedidos de Prefeitos, Vereadores e entidades, em que solicitam apoio à categoria. Nesse requerimento, desejamos ampliar o tratamento da Defensoria Pública do Estado. Com o novo Defensor Público, o Dr. Leopoldo, esperamos atender às reivindicações e, mais que isso, desenvolver um trabalho de qualidade e melhor estrutura nos Municípios. O Presidente da Associação, Dr. Eduardo Cirino, tem buscado o diálogo de maneira equilibrada, eficiente e responsável. A Defensoria precisa ser ouvida. Peço ao Governador uma solução breve. Registro, ainda, a ampliação do sinal de telefonia celular, que será estendido a 412 Municípios mineiros, conforme convênio assinado ontem entre várias empresas. O governo estadual ampliará o serviço com recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações. Para finalizar, gostaria de mencionar as manchetes de jornais que falam sobre a violência no Rio de Janeiro. São 21 mortos, 21 assassinatos na guerra do narcotráfico.

Espero que seja o início das negociações. O governo precisa sensibilizar-se para que a causa dos Defensores seja mais bem compreendida e para que os valores sejam os que a categoria merece, por justiça.

Queremos dizer da importância de apoio do governo, das lideranças políticas às instituições, as quais tem feito um trabalho social brilhante. Que elas possam ampliar e estender seus trabalhos.

O governo Federal cortou a verba destinada ao Programa Nacional de Transporte Escolar, que atendia as Apaes e os alunos com necessidade de educação especial. Houve corte da verba para a compra de ônibus destinados ao transporte escolar desses alunos. Queremos saber para onde foi esse recurso importantíssimo e do qual as entidades usufruíam desde 1994. Deixo clara minha defesa das Apaes e das entidades que fazem esse trabalho social. Obrigada.

A Deputada Gláucia Brandão - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, telespectadores da TV Assembléia, Defensores Públicos e demais presentes, boa tarde. Ocupo a tribuna deste Plenário para registrar a perda de uma mulher fantástica, pioneira nos esportes do nosso país. Maria Emma Hulda Lenk Zigler, mais conhecida como Maria Lenk, paulista, descendente de alemães, partiu na última segunda-feira, 16 de abril, aos 92 anos de idade.

Maria Lenk foi uma mulher de vanguarda e tornou-se um ícone de persistência e pioneirismo, abrindo novos rumos no esporte brasileiro por meio da natação. Em 1932, aos 17 anos, foi a primeira sul-americana a disputar as Olimpíadas, em Los Angeles, nos Estados Unidos. Com essa iniciativa, abriu caminho para que outras mulheres pudessem participar de competições esportivas, e, nas Olimpíadas de Berlim, em 1936, teve a companhia de cinco nadadoras. Em 1939, bateu os recordes mundiais de 200m e de 400m de nado de peito. Foi a primeira mulher na América do Sul a participar do Conselho Nacional de Desportos, na década de 60, e a primeira a entrar para o Hall da Fama da natação, em Lauderdale, em Miami.

Sua história está diretamente ligada à valorização do esporte. Em 2003, lançou o livro "Longevidade e Esporte", após três anos de pesquisa, no qual mostrou os benefícios do esporte para a saúde. Foi uma das co-fundadoras da Escola Nacional de Educação Física, na antiga Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, em 1939. Também foi a precursora do nado borboleta no País, introduzindo esse estilo nas piscinas nacionais.

Na sua época, era difícil para as mulheres ganhar espaço no esporte olímpico, e Maria Lenk foi desbravando novos horizontes e vencendo preconceitos. Se, em Berlim, na década de 30, teve a companhia de apenas cinco nadadoras, em 2004, dos 246 atletas brasileiros que compunham a delegação das Olimpíadas de Atenas, 122 atletas competiram provas femininas. Durante sua extensa carreira, obteve dois recordes mundiais e acumulou 35 títulos. Nos últimos anos, sempre nadando, ganhou vários prêmios na categoria master.

Em fevereiro, o Prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, homenageou Maria Lenk, dando seu nome para o novo parque aquático que está sendo construído no autódromo do Rio, onde serão disputadas as provas de natação, de nado sincronizado e saltos ornamentais do XV Jogos Pan-Americanos Rio 2007.

Maria Lenk escolheu a piscina para fazer sua despedida. Durante um treino de rotina no clube do Flamengo, no Rio de Janeiro, aos 92 anos,

sofreu um aneurisma que a levou do cenário esportivo.

Para todos nós, Maria Lenk é um exemplo. Uma referência não só para o esporte, mas para um estilo de vida. Sua coragem, ao vencer os desafios de toda uma geração, abriu caminhos para que pudéssemos refletir a importância do esporte e da atividade física em nossa vida.

Não existe tempo nem idade para concretizarmos nossos sonhos, muito menos obstáculos que não possam ser vencidos sem a devida obstinação. Maria Lenk viajou no horário combinado com nosso Pai Celeste, mas temos certeza de que, onde estiver, continuará rompendo fronteiras e lecionando as venturas daqueles que nunca desanimam. Obrigada, Maria Lenk, pelo seu legado.

Gostaria de aproveitar este momento para também fazer coro com meus colegas Deputados e Deputadas e solidarizar-me com os Defensores Públicos, saudando as pessoas presentes nas galerias, que acompanham essa empreitada.

A Defensoria Pública é um importante instrumento promovedor da cidadania. Aqueles que não possuem recursos suficientes para resolver os seus conflitos e necessitam de amparo judicial recorrem a ela para buscar uma solução para o seu litígio. Nada mais justo e coerente que os profissionais da Defensoria Pública tenham o reconhecimento necessário, além de salários e condições dignas de trabalho.

Sabemos que a luta de vocês, Defensores, não é recente. Eduardo Brandão, meu companheiro, meu marido, quando Deputado, já estava engajado nessa luta em defesa da valorização da Defensoria. Ele foi o precursor, e eu serei a seguidora dessa linha de ação.

Considero extremamente oportuno o lançamento, hoje, da Campanha Nacional de Valorização da Defensoria Pública, pois essa iniciativa dará transparência ao relevante trabalho que a Defensoria realiza em prol dos menos favorecidos. Valorizar é, antes de tudo, estar ciente da importância de determinado segmento. Sem informação, não há como nos posicionarmos criticamente perante nenhum assunto.

Parabenizo, pois, os Defensores Públicos pela iniciativa e, de maneira especial, a Associação dos Defensores Públicos. Ocupar-se da promoção e da proteção dos direitos humanos é trabalhar para fazer com que a dignidade humana seja entendida como ponto de partida inarredável da busca do fortalecimento das nossas instituições.

Tenho certeza de que o Governador Aécio Neves terá a sensibilidade de buscar, o quanto antes, a melhor solução que atenderá aos anseios dos Defensores Públicos e, conseqüentemente, à comunidade que necessita dos seus serviços.

O meu gabinete estará sempre aberto para acolher as reivindicações tanto dos Defensores Públicos quanto dos cidadãos compromissados em colaborar com um trabalho sério e voltado para a busca de uma sociedade livre, justa, próspera e mais igualitária. Muito obrigada.

O Deputado Padre João (em aparte)* - Obrigado, nobre Deputada. V. Exa. traz a esta Casa o pesar pelo falecimento de uma grande atleta. Aproveito para também manifestar o pesar pelo falecimento de uma grande atriz, a comediantes Nair Bello. Ela nos trouxe muito alegria. Na verdade, para mim, ela sempre foi uma grande comediantes. Deputada, permita-me também saudar a aniversariante Deputada Rosângela Reis, desejando-lhe vida e saúde.

Relativamente à Defensoria Pública, considero que a valorização tem de externar-se concretamente. Respeitamos quando acolhemos a correspondência do Governador comunicando a esta Casa sua ausência no Estado, a partir do dia 23, estendendo-se até maio. Veja, há 69 dias que os Defensores Públicos estão nessa luta. Podemos dizer que são defensores dos pobres deste Estado, pessoas que querem garantir a justiça. É um disparate quando vemos a posição do Ministério Público, e assim os nossos pobres ficam órfãos, sem proteção, sem alguém para, de fato, defendê-los.

Quero até sugerir, aproveitando a presença da nobre Deputada Cecília Ferramenta, propor à bancada darmos um prazo, que esta Casa não seja indiferente e que externemos essa valorização à Defensoria Pública de forma concreta, estipulando um prazo para o Governador. Sugiro que seja terça-feira que vem, para abrir essa negociação, com vontade de resolver a situação. Infelizmente, enquanto Minoria, a bancada terá de usar os recursos que o Regimento Interno dispõe, às vezes tendo que recorrer até mesmo à obstrução, uma forma de forçar o governo a abrir um canal de negociação e entendimento.

Muito obrigado, e parabenizo V. Exa. por ter também consciência da importância da Defensoria Pública para o País e o Estado.

A Deputada Gláucia Brandão - Muito obrigada, Deputado Padre João. Quero também, nesta oportunidade, parabenizar a Deputada Rosângela Reis pelo transcurso do seu aniversário. Que o Senhor a abençoe, guarde e lhe dê saúde e longevidade para continuar lutando por justiça e promoção da cidadania em nosso Estado. Muito obrigada a todos.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Cecília Ferramenta* - Boa-tarde a todos os servidores, assessores, Deputadas, Deputados e nossos queridos Defensores, que estão há 69 dias em greve. Isso significa que, há 69 dias, a população mais carente deste Estado não recebe assistência judiciária. E sabemos o quanto isso é importante para os mais necessitados, para os que não têm condição de contratar um advogado.

Recorro às palavras dos Deputados Padre João e Durval Ângelo. O Deputado Durval Ângelo disse ontem nesta Casa que precisamos tomar uma decisão concreta, que realmente venha a trazer a solução para a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. Vamos paralisar também esta Casa. Vamos solidarizar-nos com ações concretas, direcionadas para os nossos Defensores. Contem conosco, nosso gabinete está à disposição. Estaremos junto com vocês agora e sempre.

Gostaria também de destacar outros dois importantes assuntos. O primeiro é referente à apresentação do Plano de Desenvolvimento do Sistema Usiminas, que acontecerá logo mais na cidade de Ipatinga. Não poderia deixar de falar sobre a expansão do Parque Siderúrgico da Usiminas, que aplicará cerca de R\$5.000.000.000,00 em reformas e atualização tecnológica na Usina Intendente Câmara. O projeto irá aumentar o potencial produtivo do complexo siderúrgico em mais de 2.000.000t de aço por ano, um crescimento de aproximadamente 45% em relação à produção atual.

Como moradora e cidadã de Ipatinga, convivo há muitos anos com a Usiminas e reconheço a importância da Siderúrgica para a Região Metropolitana do Vale do Aço. Em razão disso, solicitei em requerimento à Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, da qual sou membro efetivo, a realização de uma audiência pública nesta exímia Casa, para que o Plano de Desenvolvimento do Sistema Usiminas possa ser apresentado de forma detalhada e debatido, o que representará o projeto de expansão para aquela região.

Peço o apoio das Deputadas e dos Deputados presentes para que essa audiência pública se realize e possamos inteirar-nos dos novos

investimentos do setor siderúrgico no nosso Estado. Sabemos que Minas Gerais é um Estado rico em minérios, pioneiro em siderurgia e, historicamente, conta com as principais usinas do País, como a Usiminas, Vale do Rio Doce, Belgo-Mineira, Gerdau, Mannesmann, Acesita, entre outras. Empresas que geram empregos e renda para as regiões onde estão localizadas e mantêm o Brasil entre os 10 maiores produtores de aço do mundo.

Não é de hoje que Minas é alvo dos grandes investidores do setor siderúrgico. Além da expansão da Usiminas, já foram anunciados novos projetos de investimentos, que, somados, deverão trazer, nos próximos anos, cerca de R\$15.000.000.000,00 para o nosso Estado. Esses investimentos manterão Minas Gerais na liderança da produção do aço no País e trarão avanços não apenas para o Estado, mas também para o Brasil, que ampliará sua capacidade de produção de aço e sua participação no comércio mundial.

Gostaria também de abordar outro assunto, destacando a criação do juizado especializado no atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. Ter um órgão de defesa das mulheres é uma luta antiga dos movimentos sociais e também desta Casa. Já obtivemos importantes conquistas. No governo Lula, foi sancionada a Lei Maria da Penha e criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Aqui, em Minas Gerais, também tivemos avanços com a criação da Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres, das delegacias de mulheres e da Promotoria Especializada no Combate à Violência Doméstica contra a Mulher. Além disso, durante a visita ao Presidente do Tribunal de Justiça, no dia 10 de abril, quando participei como representante da bancada feminina da Assembléia Legislativa, o Desembargador Orlando Adão comprometeu-se a criar uma vara especializada nos crimes contra as mulheres, crianças e adolescentes.

Como eu era a única Deputada presente na reunião e conheço os anseios dos movimentos de mulheres, disse ao Presidente do Tribunal de Justiça que a criação da vara é um avanço, mas não substitui o juizado. A criação do juizado especializado em violência doméstica e familiar contra a mulher é essencial para que a Lei Maria da Penha possa ser implementada efetivamente em Minas Gerais, possibilitando às mineiras vítimas de violência obterem todo o apoio e atendimento necessários, com abrigos e profissionais capacitados, conforme determina o art. 14 dessa lei.

Nós, Deputadas, e os representantes dos movimentos de mulheres continuamos lutando e buscando os órgãos competentes para que o juizado seja criado. Gostaria de pedir aos nobres colegas Deputados que também encampem essa luta da bancada feminina.

Ajudem-nos. Desejamos que cada Deputado, que cada cidadão possa ajudar-nos, pedindo que os Prefeitos realizem as conferências municipais até o dia 14 de maio, porque, nos dias 9 e 10 de julho, será realizada a II Conferência Estadual de Mulheres. É muito importante a participação de todos os Municípios, trazendo seus delegados para participarem e discutirem a violência contra a mulher e outros temas inseridos nessa Conferência.

Gostaria de deixar registrados, mais uma vez, nossa solidariedade e nosso abraço aos Defensores Públicos. Nosso mandato está à disposição para que essa luta continue e alcance, o mais breve possível, a vitória para esses profissionais e, conseqüentemente, para os mineiros, principalmente para os mais necessitados deste Estado.

Muito obrigada e um grande abraço a cada um dos senhores e senhoras.

* - Sem revisão da oradora.

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, senhores, senhoras, profissionais da imprensa, Defensores Públicos, representantes da sociedade que nos acompanham das galerias e telespectadores da TV Assembléia. Boa-tarde a todos.

Creio que o assunto que me traz a este microfone não consumirá o tempo regimental de 15 minutos. Apenas quero destacar dois aspectos fundamentais. O primeiro deles já foi abordado em pronunciamentos anteriores. Aliás, fiz um aparte ao pronunciamento da Deputada Rosângela Reis, quando ela tratava desse assunto, ou seja, da questão dos Defensores Públicos.

Começamos a expor essa preocupação nesta tribuna a partir do momento em que os representantes do movimento passaram em todos os gabinetes, na busca de apoio, o que fizeram, convém dizer, de forma muito educada e organizada, como não poderia deixar de ser. Creio que, com esse movimento pacífico e educado, eles têm conseguido a simpatia de todos os parlamentares desta Casa, de modo que não ouvimos aqui nenhuma manifestação contrária, mas sim palavras de apoio ao movimento.

Como vocês podem ver, conforme consta naquela faixa, a categoria está em greve há 69 dias. Imagino que em várias áreas do sistema que dependem da ação direta do trabalho dos Defensores Públicos esteja acontecendo um trincamento. Os Defensores são remunerados pelo Estado, sim, mas não têm recebido remuneração à altura da importância do trabalho que prestam a nossa sociedade.

Até então, eu tinha apenas informações acerca da remuneração de um Defensor Público, porém nunca tinha visto a cópia de um contracheque deles. Agora vi a cópia de um contracheque e comprovei que realmente o salário líquido de um Defensor Público não chega a R\$3.000,00. Acredito que a remuneração representa um dos pilares na atuação do Defensor, já que lhe oferecerá boas condições para que preste serviço de qualidade.

Mais uma vez, registro parte do conteúdo da carta que recebi do Conselho Comunitário de Segurança de Coromandel, representado pelo Presidente Célio Faria: "Conforme manifesto em anexo, vimos informar a V. Sa. a situação em que se encontra este Município, no que tange à segurança pública e aos demais serviços de utilidade pública, uma vez que, com o movimento grevista da Defensoria Pública, a população não tem a quem recorrer."

A população, que já se encontra indefesa, agora, por causa desse impasse, tem seu direito de defesa cerceado. Convém dizer que a reivindicação dos Defensores é justa. Eles não estão pedindo algo que extrapole até mesmo aquilo com que eles mais lidam no dia-a-dia, ou seja, a questão da justiça. O que eles pedem é justo, e terão deste parlamentar, como têm tido de todo o corpo de parlamentares da Casa - e continuarão tendo - o nosso apoio.

Esperamos que essa situação se resolva e, como já disse, que o Governador Aécio Neves, sensível que é, possa chamá-los para uma discussão do que é bom para a classe e para o governo. Enfim, o que pode ser feito para que esse impasse não continue.

A população carente não pode ficar sem o serviço da Defensoria Pública. Com certeza, se ele não for feito, num processo de trincamento dos vários segmentos que dele dependem, irá chegar um momento em que tudo ruirá e implodirá. Estaremos administrando uma situação ainda mais delicada que a questão pura e simples, da demanda dos Defensores Públicos.

Fica aqui, mais uma vez, a minha palavra de apoio. Defensores e Defensoras Públicas, profissionais que têm dado sua vida em favor da população carente, espero sinceramente que esta seja a minha última intervenção em favor da classe. Que possamos ter a notícia já, no

máximo até amanhã, de que houve um acordo e que as reivindicações dos Defensores, se não na sua totalidade, mas pelo menos naquilo que os atenda, tenham sido resolvidas pelo nosso Governador.

Sr. Presidente, quero também trazer a minha palavra de solidariedade e, ao mesmo tempo, de preocupação. Nesta semana, vimos em noticiários o que aconteceu nos Estados Unidos. Eu tive o privilégio de conhecer o Estado da Virgínia, um lugar maravilhoso e muito bonito, onde fiquei hospedado na casa de uma família.

Quanto lá estive, pude experimentar, e por isso testemunhar agora, o quão hospitaleiro é o povo do Estado da Virgínia. E agora vimos essa tragédia lá. Os dias são maus, muito maus. Noutro dia, lá, daqui da tribuna, uma carta do nosso companheiro de partido e Senador da nossa República, Dr. Pedro Simon. Tratava-se de uma carta muito bonita, em que emprestava sua dor à dor daquela família do Rio de Janeiro - aos pais do João Hélio.

Na carta, ele falou de algo muito interessante e importante, e que convém ser lembrado. Falava do afastamento das pessoas de três coisas muito importantes para a formação do ser humano. Falou da escola, onde aprendemos princípios de civilidade, e do afastamento da Igreja e da família.

Quando vemos uma cena como aquela pela televisão, onde um jovem aparentemente saudável, movido por sentimentos que não dá para entender, mata um número absurdo de pessoas inocentes dentro de uma escola, vivemos uma contradição. Essa notícia circulou o mundo. Está nos "sites" das agências internacionais e nos principais jornais do mundo, tanto escritos quanto falados, no rádio e na televisão.

Ontem, no Rio de Janeiro, ocorreu algo que para nós, no Brasil, é motivo de vergonha. Os jornais de hoje publicaram que 21 pessoas morreram ontem no Rio de Janeiro. Entre elas, 13 morreram naquela guerra e, até agora, não se sabe qual foi a arma que causou essas mortes. Num primeiro momento, alegou-se que o confronto entre quadrilhas e traficantes ceifou a vida de 13 pessoas.

Há uma cena no jornal de hoje que corta o coração: um jovem morto sendo trazido, carregado pela polícia. O rosto desse jovem está bastante claro na foto, e percebemos que ele não tem mais do que 20 anos, além de ter uma aparência saudável e o cabelo bem cortado, na moda. Se é bandido ou não, nem vou-me ater a essa questão. O que corta o coração é vermos que nossa juventude, se não está presa, confinada, está morrendo.

Acredito que estamos perdendo uma guerra que supera a Guerra do Vietnã. Tive oportunidade de estar diante do muro de Washington, Capital Federal dos Estados Unidos, que contém o nome de todos os soldados americanos que perderam a vida na Guerra do Vietnã. É um muro muito grande, e os nomes, muito pequenos, cobrem todo o muro. São soldados, jovens, americanos que perderam a vida na guerra.

Infelizmente, no Brasil vivemos não só o Vietnã, mas muito mais. Estarreceu-nos a cena que vimos ontem na televisão, de uma mãe agarrada a sua filha, chorando, desesperada, e um policial, querendo dar-lhe garantia, dizia: "Pode ficar tranqüila porque estamos aqui". Quando vimos aquela cena, percebemos nas palavras do policial a boa intenção de produzir segurança, quando, na verdade, ele também estava tão inseguro, tão refém e tão vulnerável quanto as demais pessoas que ali estavam.

Os policiais também estão perdendo a vida nessa guerra. Se não houver uma ação imediata de combate a esse sistema, imposto principalmente pelo tráfico de drogas, creio que em pouco tempo, não mais do que cinco anos, sairemos de casa apenas para ir a velórios. Isso pode parecer apocalíptico, mas estamos caminhando para um estado de insegurança tão grande que não sabemos mais o que fazer.

A Deputada Rosângela Reis (em aparte) - Deputado Vanderlei Miranda, parabenezo-o por seu pronunciamento e pela importante questão abordada por V. Exa. acerca da violência no Estado do Rio de Janeiro. Isso não está muito longe de nós, e essa situação é de estarrecer. Ficamos tristes e comovidos, mas, como lideranças políticas, precisamos envolver as organizações e buscar soluções, pois o Brasil e o mundo não podem permanecer assim. O Estado de Minas Gerais está muito próximo do Rio de Janeiro.

Muitas vezes alegamos que isso não é conosco, mas são vidas humanas que estão sendo ceifadas. Houve 21 mortes. O narcotráfico mata mais que a bomba atômica e que a fome. Trata-se de uma guerra travada no Rio de Janeiro, e cabe às autoridades encontrar uma solução para esse grave problema. O governo federal não pode ficar à margem de tudo isso. É preciso que ele se envolva e, de fato, atue nesse processo. Fala-se que isso não é da competência das Forças Armadas, mas espero que ela interfira, dentro da sua competência de atuação no Estado. Não podemos mais deixar expandir e irradiar esse sistema que aí está, ou melhor, essa guerra que vem ocorrendo no Rio de Janeiro. V. Exa. está de parabéns por trazer esse assunto à ordem do dia, em face da violência que os nossos irmãos estão enfrentando naquele Estado. Estou de posse de alguns jornais, e eles realmente me comoveram. Essa guerra, no Estado do Rio de Janeiro, está nas manchetes de todos os jornais.

O Deputado Vanderlei Miranda - Deputada Rosângela Reis, obrigado pelo aparte.

O Deputado Délio Malheiros - Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, e Defensores Públicos presentes, toda a minha vida foi pautada na advocacia pública. Meus mais de 13 mil processos envolveram pessoas que nunca tiveram acesso ao Judiciário, porque não podiam pagar pelos serviços prestados por um advogado.

Vejo, com muita tristeza e preocupação, essa paralisação da Defensoria Pública, que tantos serviços tem prestado ao Estado, por aproximadamente 70 dias.

Dentro das minhas modestas possibilidades, tenho procurado manter contato com as autoridades deste Estado, para que possam, pelo menos, iniciar um diálogo com a Defensoria Pública e encontrar uma solução para o impasse, ainda que essa solução não seja a desejada pelos Defensores, nem aquela radicalizada por aqueles que têm o poder nas mãos. O importante é encontrarmos uma saída para que esses profissionais sejam remunerados dignamente, ou seja, com salários compatíveis com os serviços prestados à sociedade.

Não podemos ficar sem Defensoria Pública no Estado, porque o jurisdicionado não pode ficar na dependência das decisões judiciais, que não saem de ofício, e sim mediante o requerimento das partes. Estou referindo-me aos milhões e milhões de pessoas, por todo o Estado, que não podem pagar pelos serviços advocatícios.

Portanto conclamo aqueles que têm o poder decisório do Estado a manterem contato com os Defensores, em busca de uma alternativa, de um caminho, ainda que não seja o melhor caminho já encontrado até hoje no Brasil.

Lamentavelmente, o STF trilhou o caminho de confundir piso com teto, causando um verdadeiro problema para o erário público e para as carreiras judicial e da promotoria. Tanto isso é verdade que hoje um cidadão, com cerca de 21 anos de idade ingressa na magistratura e promotoria, e ganha R\$20.000,00 por mês, por concurso, permanecendo absolutamente desestimulado no decorrer de sua carreira, já que o vencimento final desta está estimado em R\$23.000,00. Houve uma inversão nessa análise, o que vem prejudicando todas as carreiras.

Neste momento, vemos a Defensoria paralisada, e é preciso retomar o diálogo em busca de uma solução.

Como cidadão de Belo Horizonte, gostaria de reclamar do que venho assistindo na nossa Capital, em relação ao fechamento do comércio. A cada dia, vejo, com mais estranheza, o comportamento daqueles que ocupam a Prefeitura de Belo Horizonte. Para decidir se o comércio abriria ou não aos domingos, fizeram uma consulta pública, por via da internet, e chegou-se à conclusão que apenas 15 mil pessoas manifestaram a sua vontade de ver o comércio aberto aos domingos. As autoridades entenderam que o resultado dessa consulta era um tanto quanto píffio. Ora, quando foi feita uma pesquisa para escolher o melhor Prefeito da América do Sul, naquele engodo, houve uma votação de 3.500 pessoas; grande número de votantes saiu da Prodabel, e o resultado da consulta não foi considerado píffio, muito pelo contrário, foi um resultado válido, inclusive divulgado em "outdoor", para todo o Estado, gastando-se inúmeros recursos. Acho estranho esse comportamento.

O resultado é píffio numa pesquisa de 15 mil nomes. No entanto, em relação ao Prefeito que afirma ter obtido 3.500 votos por meio de "site" na Inglaterra, o resultado da consulta é considerado expressivo. Sabemos que a América do Sul possui mais de 300 milhões de habitantes. Portanto, ou se adota essa consulta para solucionar os problemas em Belo Horizonte e se levam a sério os dados obtidos ou não se usam os resultados para fins não apropriados eticamente.

Outro aspecto que gostaria de abordar, em se tratando de Belo Horizonte, é que vi hoje, com muita alegria, a inauguração de uma ala do Cardiominas. A Prefeitura está levando adiante essa obra que a cidade merece, mas é preciso dizer algumas verdades omitidas à população. A Prefeitura está entrando com dinheiro, sim. Porém, é o Estado que está bancando a maior parte dos recursos, porque o prédio que era seu patrimônio foi avaliado em R\$45.000.000,00. E fica parecendo que a obra é só da Prefeitura, que tem seus méritos, é claro, porque a cidade merece e precisa desse investimento, mas o Estado também colocou dinheiro ali. Não se trata, pois, de uma obra exclusiva da Prefeitura, que, aliás, deixa a cidade quase sem obras de grande vulto. As grandes obras estão sendo feitas com dinheiro do governo federal, como é o caso da Avenida Antônio Carlos, ou com dinheiro do governo estadual, como a Linha Verde. A Prefeitura está investindo R\$1.047.000.000,00 na terceirização e parte muito pequena desses recursos em obras.

Tenho o compromisso de ajudar a população no que diz respeito à segurança pública. Na semana que vem será realizada audiência pública na cidade de Itamarandiba, no Vale do Jequitinhonha, pela Comissão de Segurança Pública desta Casa, muito bem presidida pelo Deputado Sargento Rodrigues. Pasmem os senhores: se nas grandes cidades o índice de violência cresce vertiginosamente, nas pequenas está crescendo de forma assustadora. Isso ocorre especialmente nas cidades localizadas nas confluências de grandes rodovias. A minha querida Itamarandiba é vítima do aumento da violência, assim como Capelinha, Turmalina, Minas Novas e Diamantina, onde os índices eram baixíssimos. Hoje sua população já sofre com o tráfico de drogas, essa violência impiedosa que alcança primeiramente os jovens.

Vamos discutir esses assuntos, buscar soluções e ajudar o Estado a encontrar a melhor alternativa para, pelo menos, minimizar os impactos dessa violência que nos assusta cada dia mais. Somente ontem, 13 pessoas foram assassinadas no Centro do Rio de Janeiro no prazo de 1 hora. Nem em Bagdá, no Iraque, onde não tive o prazer, mas a experiência de viver por mais de um ano, assistimos a tantas mortes como as que ocorrem no Rio de Janeiro. Aquele País vive uma guerra civil, e o seu número de mortos é menor do que o do Rio de Janeiro em uma semana. Isso é assustador. Temos de ficar atentos a essa questão da violência, porque ela afeta a todos nós. Muitos acham que a violência não passará por suas portas, mas isso é engano porque, de repente, alguém de sua família pode ser vítima. Temos de ombrear com o Estado na luta incessante pela busca de soluções viáveis. Cada um de nós precisa sacrificar-se, porque a violência afeta a todos.

Por último, Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de dizer que o Estado foi sensível na questão do IPVA. Meu compromisso com esta Casa e os consumidores mineiros é especialmente com o direito. Nós, advogados, não podemos afastar-nos um milímetro sequer sem buscar, de forma indelegável, a aplicação da justiça. A Secretaria de Fazenda ameaçou mandar lista de devedores do IPVA e do DPVAT ao Detran para que fossem multados, autuados e tivessem seus veículos apreendidos por falta de pagamento.

Esse procedimento absolutamente arbitrário, se concretizado, foi por nós denunciado, e o Estado voltou atrás. O único documento que, no trânsito, o cidadão precisa mostrar para a fiscalização é o CRLV - documento de licenciamento do ano passado -, que valerá até o primeiro dia do licenciamento de 2007, que se inicia em 1º de julho. Esse é o único documento. Aliás, 1º de julho é a data-limite que o cidadão tem para pagar IPVA, DPVAT e multa de trânsito, sob pena de não receber o licenciamento de 2007 e ter seu veículo apreendido, além de cinco pontos na carteira e a aplicação de multa grave.

Portanto o Estado recuou em boa hora e reconheceu que o que deve valer é a Constituição, a lei, e não a arbitrariedade.

A Deputada Elisa Costa - Sr. Presidente, Deputado Délio Malheiros, Mesa, Deputado Padre João, Deputados presentes; quero também cumprimentar a todos que nos acompanham pela TV Assembléia.

Mais uma vez, subo a esta tribuna para tratar de três assuntos. O primeiro, para prestar solidariedade permanente à presença cidadã dos Defensores Públicos nesta Casa Legislativa, em nome da Bancada do PT, do PCB, nossa bancada de oposição, somando às intervenções feitas anteriormente pelos diversos oradores. Hoje, especialmente, vários Deputados do PV se manifestaram.

Quero também reafirmar uma fala de ontem do Deputado Durval Ângelo, da nossa Bancada, que também se manifestou, porque a solidariedade vai exigindo cada vez mais compromissos. Não é apenas falar, mas ver resultados concretos em relação a um diálogo que deve ser aberto. O Deputado disse que realmente temos acordos e que esta Assembléia precisa ter uma manifestação mais exigente diante do quadro de que nenhum diálogo ainda foi aberto com a representação da Defensoria Pública em Minas Gerais. Se o Governador de Minas tem demonstrado pouco compromisso com a Defensoria Pública e muito pouco compromisso com a população mais pobre, com a Justiça popular de Minas, os Deputados não podem ter esse tipo de descompromisso. Temos de paralisar, no Plenário desta Assembléia, as votações, para que haja um posicionamento do governo de Minas em relação a esses 69 dias de paralisação dos Defensores Públicos de Minas Gerais. Temos compromisso com a Defensoria, temos compromisso com os mais pobres, temos compromisso com Minas Gerais, por essa razão temos que tomar uma atitude mais séria, mais eficiente e mais eficaz para que, de fato, o diálogo seja aberto no nosso Estado.

Temos ouvido que o Governador quer ser Presidente. Como se abre mão da parcela mais significativa de Minas Gerais, dos setores médios e populares, que elegeram, mais uma vez, o Lula para Presidente do nosso país? É preciso olhar para Minas Gerais, para a Defensoria, principalmente para a população mais pobre de Minas Gerais. O governo tem que demonstrar compromisso e responsabilidade com esse serviço digno prestado pelos Defensores Públicos do nosso Estado.

Quero deixar aqui, Deputado Padre João, mais uma vez, a marca do nosso posicionamento, da nossa Bancada, do nosso partido. Se o Governador não tem compromisso, nós temos e reafirmamos esse compromisso desta tribuna. Queremos que a população pobre continue recebendo os bons serviços prestados pelos Defensores Públicos, que deveriam estar recebendo um salário digno.

O Deputado Padre João (em aparte)* - Nobre Deputada, companheira Elisa Costa, Líder da nossa Bancada. Tive oportunidade de apartear a Deputada Gláucia Brandão, quando sugerimos que deveria ser ponto de pauta da nossa reunião de bancada o estabelecimento de um prazo, e que isso fosse anunciado. Tive oportunidade de conversar com o Deputado Weliton Prado, que concordou plenamente. Quem fez uso da palavra logo após a Deputada Gláucia Brandão foi a Deputada Cecília Ferramenta, que também reafirmou essa intenção, então creio que a maioria da bancada concorda com essa sugestão. Sugerimos terça-feira da semana que vem, quando fará dois meses e meio de greve. É uma forma

concreta de dizer ao governo que o diálogo tem que ser aberto para se buscar um entendimento.

São inúmeras as demandas. A primeira delas é por uma questão de justiça com os servidores, com os Defensores Públicos, para que tenham salário justo e melhores condições de trabalho. De um lado vemos o Ministério Público com todo um suporte, toda uma infra-estrutura e, de outro, vemos os Defensores Públicos sem ao menos um computador ou o material necessário, ficando na dependência de favores para trabalhar. Às vezes, sensíveis a uma determinada causa, tiram recursos do próprio bolso para atender a uma pessoa mais carente que pode estar sendo injustiçada. Então, essa pode ser uma forma de expressarmos de forma bem concreta a necessidade do diálogo. Talvez, com isso, os próprios meios de comunicação passem a dar maior visibilidade a esse escândalo que está acontecendo no nosso Estado, a essa indiferença do governo, em primeiro lugar em relação aos Defensores Públicos e, em segundo lugar, aos menos favorecidos, que estão em situação embaraçosa e que dependem da Defensoria Pública. Podem estar em uma situação mais simples, como uma separação. Hoje mesmo tive demanda desse teor, no gabinete: há uma dependência ali, mas os papéis estão todos na Defensoria. Portanto há uma indiferença para com esse profissional importante para a democracia e para a garantia da Justiça para os mais pobres do Estado.

Esse posicionamento é de todos nós. Vamos, de fato, definir prazos e utilizar o que o Regimento da Casa permite para expressarmos concretamente nossa solidariedade e forçar o governo a abrir o processo de negociação.

A Deputada Elisa Costa - Obrigada, Deputado Padre João. Deixamos aqui registrado, mais uma vez, nossa solidariedade e nosso compromisso.

Aproveito este momento na tribuna para expressar aqui que tive oportunidade, nesses três dias - de segunda até hoje, na hora do almoço -, de acompanhar uma caravana do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome pela região dos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha, com a participação do Ministro Patrus Ananias, de vários Deputados, de diversas lideranças e de Prefeitos e Prefeitas de diferentes partidos políticos. Discutiram-se políticas públicas estaduais de combate à fome e de segurança alimentar e os programas e projetos sociais de transferência de renda no País. Firmou-se um compromisso concreto com os mais pobres de Minas Gerais e do Brasil.

Vimos a diferença de atitude, de compromisso. O Ministério está presente em todos os Municípios, com os programas de transferência de renda, como o Bolsa-Família, e com os diversos programas na área da assistência social e da segurança alimentar, que garantem o direito sagrado de alimentação à maioria de nossa população.

Isso tem sido feito por meio das políticas públicas que estão sendo construídas no Estado brasileiro. Percebemos a presença do Ministro e do corpo técnico do Ministério, dialogando, discutindo, ouvindo sugestões e críticas, de maneira democrática, junto à população de várias cidades dos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha.

Em Teófilo Otôni, em um grande evento popular que reuniu Prefeitos da Associação dos Municípios do Vale do Mucuri - Amuc -, tivemos um debate importante sobre os consórcios de segurança alimentar. O Vale do Mucuri reivindicou ao Ministro Patrus e ao governo Lula um consórcio desses para o conjunto dos Municípios, a fim de que existam projetos de geração de trabalho e renda e de emancipação das famílias que fazem parte do Bolsa-Família, além de diversos programas de assistência social, de inclusão produtiva, de erradicação do trabalho infantil, de luta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes e da criação de Centros de Referência de Assistência Social, os Cras. Enfim, houve diversas reivindicações daquela região e queremos ser solidários a elas.

Da mesma forma, o Vale do Rio Doce reivindica um consórcio de segurança alimentar, para, de fato, construir, junto com os Municípios, projetos de desenvolvimento regional para a emancipação de famílias, grupos organizados e Municípios da região.

Também em Padre Paraíso, tivemos a oportunidade de participar do seminário do Consad. Lá já está funcionando o consórcio do médio Jequitinhonha, e o seminário teve o objetivo de fazer uma avaliação das políticas ali implementadas, como a compra direta do pequeno agricultor, a agricultura familiar, as casas de farinha, as diversas experiências das fábricas de doce, a pequena agroindústria. Foi um momento extremamente forte, que reuniu 22 Municípios, para discutir principalmente políticas públicas de segurança alimentar, a fim de garantir o direito à alimentação e, principalmente, gerar emprego e renda com a organização e mobilização da própria comunidade.

Tivemos oportunidade de, em Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha, ontem à noite, e hoje, pela manhã, em Virgem da Lapa, presenciar experiências de grupos que estão produzindo artesanato, estão-se organizando para gerar renda. Foi uma experiência vivida nas diversas comunidades que hoje, de fato, criam as suas próprias oportunidades, as suas potencialidades, por meio também de recursos federais, para terem os Vales condições de vida digna com melhoria de qualidade.

Fiquei muito feliz com a caravana em que eu, o Deputado André Quintão e vários outros acompanhamos, com assessorias de Deputados, Prefeitos e movimentos sociais que se mobilizaram para estar presentes. Foi o registro de um encontro democrático de participação popular e, principalmente, de cidadania dos diversos Municípios por onde passamos.

Gostaria de registrar os números que foram apresentados no Mucuri, no Jequitinhonha, mas farei uma síntese do que o Ministério do Desenvolvimento Social, liderado pelo Ministro Patrus Ananias, tem propiciado e proporcionado em termos de recursos e atendimentos no Estado de Minas Gerais, por meio do Ministério.

Temos hoje em Minas Gerais uma projeção anual de 1.200.000 famílias sendo atendidas pelos programas de transferência de renda, especialmente o Bolsa-Família. E os recursos transferidos somente pelo Bolsa-Família, em Minas Gerais, somam R\$796.000.000,00 - 1.200.000 famílias atendidas, somando R\$796.000.000,00, no ano, em Minas Gerais. Esses os recursos nos programas de transferência de renda liderados pelo Bolsa-Família.

Há os programas de assistência social, o Agente Jovem, o programa de erradicação do trabalho infantil, o BPC, que atinge os portadores de deficiência e os idosos, de atenção à família, o Programa Sentinela, que é o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, os diversos programas de atenção às crianças de até 6 anos, na infância e na adolescência. Há mais de 1 milhão de famílias atendidas - 1.400.000 pessoas atendidas, e R\$1.200.000.000,00 somente na assistência social em Minas Gerais, neste último ano.

Por fim, ainda no Ministério do Desenvolvimento Social, temos os programas de segurança alimentar que são liderados pelo Programa de Aquisição de Alimentos - PAA -, Agricultura Familiar, ou a compra direta, que atinge mais de 127 mil pessoas e mais de 3 mil agricultores em Minas. Há o programa do leite, que atinge hoje 525 mil famílias, com 150 mil litros diários de leite. Cito também os programas do Banco de Alimentos, o Agricultura Urbana, Cozinhas Comunitárias, Restaurantes Populares. Ou seja, todos os programas de segurança alimentar que reúnem hoje aproximadamente 844 mil beneficiários, da ordem de R\$192.000.000,00. Somando tudo, o Bolsa-Família, os programas de assistência social, por meio do Sistema Único da Assistência Social, e os recursos da segurança alimentar, chegam, por ano, do Ministério do Desenvolvimento Social, a Minas Gerais R\$2.000.000.000,00 de recursos, do MDS para o Estado, totalizando atendimento de 6 milhões de pessoas em Minas Gerais.

Se formos olhar o que representa o total de transferências constitucionais em Minas, serão R\$5.800.000.000,00 por ano, e só do MDS são

R\$2.200.000.000,00, o que significa 14% das transferências de renda, dos recursos que chegam somente dos programas do MDS.

Deixo esse agradecimento ao Ministro Patrus e a toda a sua equipe, à caravana presente nas diversas cidades, à população que participou, Prefeitos e Prefeitas de todos os partidos, lideranças, Vereadores e movimentos sociais que se manifestaram e reivindicaram suas necessidades em uma caravana de cidadania e participação popular.

Nem todos os Deputados participaram de todos os eventos, mas o Deputado André Quintão fez-se presente em todos os momentos, acompanhando, junto conosco, essa maravilhosa caravana pelo Mucuri, pelo Jequitinhonha, com tantos Prefeitos e Prefeitas que participaram desse momento que enriqueceu a comunidade e a todos nós. Sai fortalecida pelas diversas palestras e conferências feitas pelo Ministro e sua equipe e, principalmente, pelo fato de o Ministério ouvir as demandas, reivindicações e críticas apresentadas para aperfeiçoar os programas, entre eles o Bolsa-Família e outros da área de segurança alimentar.

O Deputado Getúlio Neiva (em aparte)* - Cumprimento a Deputada Elisa Costa pelo excelente trabalho que tem feito na Assembléia e pela forma sempre lhana de trato com os colegas. Teófilo Otôni se sente honrada em outorgar-lhe votos da nossa cidade-irmã, que é Governador Valadares.

Estamos felizes com a visita do Patrus a Teófilo Otôni, cidade em que deixamos 10 mil pessoas cadastradas nos vários programas sociais do governo, e 800 crianças no PET, enquanto Belo Horizonte tinha apenas 400. Fizemos um bom trabalho e deixamos mais 12 mil famílias inscritas para receber os programas sociais a partir de 2005. São 22 mil famílias apenas em Teófilo Otôni. O Ministro Patrus Ananias deu seqüência ao que iniciamos com o governo Fernando Henrique, ampliando o programa no governo Lula e catalisando com o esforço da renda mínima para as famílias brasileiras.

Neste instante, gostaria de lembrá-la de que Teófilo Otôni precisa de sua ajuda, Deputada, para sensibilizarmos a Prefeita. Peço que nos ajude a reabrir o hospital municipal, a não deixar que o São Lucas feche e a não deixar fechar o Vera Cruz. O Secretário de Saúde já pôs à disposição recursos; o Ministro ainda não respondeu ao meu apelo de intervenção, mas queremos resolver o problema. Queremos ajudar a Prefeita da nossa terra, ajudando nosso povo por meio da saúde. Vivemos um momento de estado de calamidade absoluta na saúde em Teófilo Otôni. O Estado de Minas tem os recursos, quer investir e ajudar. Queremos sua ajuda, queremos contar com o brilhantismo de sua carreira política para que possamos quebrar a barreira partidária e fazer com que todos trabalhem em benefício do povo de Teófilo Otôni.

A Deputada Elisa Costa - Obrigada, Deputado Getúlio Neiva. A Prefeita Maria José está sensível às dificuldades na área da saúde, aliás, problema estadual e nacional. Diversos Municípios passam por essas dificuldades. Ela está sensível para buscar uma solução para os problemas cruciais, para um bom atendimento, de boa qualidade, bons profissionais e boa equipe para, de fato, acelerar o fim dessas dificuldades vividas por Teófilo Otôni e outros Municípios brasileiros. Mando um abraço para a ex-Deputada e Prefeita Maria José e para José Antônio, de Araçuaí; Dinho, de Virgem da Lapa; Saulo, de Padre Paraíso, Vereadores e Vereadoras, a Vereadora Nalva, enfim, para todos que participaram decisivamente dessa caravana.

Por fim, a pedido do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de Minas Gerais, falarei brevemente a respeito do ato público que realizarão, e deixarei registrada minha solidariedade. Eles estão tentando negociar com o governo do Estado a campanha salarial e têm feito algumas denúncias, como o corte de ponto dos Auditores que têm participado do movimento, bloqueio do acesso ao "site" e aos "e-mails" do sindicato, proibição de reuniões entre servidores e exoneração do chefe do Posto Fiscal. Mas a medida mais complicada que denunciamos aqui é a Portaria nº 44, de 2007, que vincula parte significativa da remuneração dos Auditores Fiscais à aplicação de multas. Isso significa que, para garantir parte de sua remuneração, os Auditores Fiscais deverão aplicar multas, e a população será penalizada com um terrorismo fiscal que não merece. Precisamos chamar a atenção para que sejam tomadas medidas urgentes. Outros Estados já entraram com uma Adin.

É um absurdo exigir dos Auditores que precisem multar para ter maior remuneração, assim como penalizar a população. Isso é terrorismo, e chamamos a atenção do Governador e da Secretaria de Fazenda, pois, penalizar todos os mineiros com o Fisco é um absurdo. O Presidente do Sindifisco declarou que, para garantir seu salário integral, os Auditores deverão multar 200 milhões de pessoas.

Portanto, trata-se de um abuso e de um absurdo, e deixamos essa denúncia do Presidente do Sindifisco, Lindolfo Fernandes de Castro. Esse é um alerta para todos nós, pois trata-se de algo que não pode acontecer em Minas Gerais. Seria como se os policiais fossem remunerados conforme o número de prisões que realizassem; os Juízes, pelo número de sentenças julgadas; e os Fiscais, pelo número de multas aplicadas. É preciso chamar a atenção da Secretaria de Fazenda e do governo de Minas, para que essa portaria não seja aplicada e que os Auditores sejam ouvidos em relação a essa negociação com os servidores do Estado de Minas Gerais. Deixo nosso abraço a todos que participarão do ato público, às 16 horas, para que isso seja evitado. Obrigada.

* - Sem revisão do orador.

30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 19/4/2007

O Deputado Doutor Rinaldo - Sr. Presidente, caros colegas, pessoas que nos visitam hoje, telespectadores da TV Assembléia, boa-tarde.

É um prazer voltar a esta tribuna para dizer que estivemos presentes à reunião com o Ministro da Saúde, o Sr. Temporão, junto à Comissão de Saúde desta Casa.

Foi uma reunião importante que contou com a presença de várias autoridades, como o Secretário de Estado de Saúde. Vimos o programa de governo do Ministro Temporão para os próximos quatro anos. Ex-membro da equipe do Ministro Saraiva, sanitarista, pessoa muito bem-preparada para assumir o cargo e continuar os trabalhos, ele nos informou sobre os programas do governo. Tudo é muito bom para a prevenção, a atenção e a promoção à saúde no País. Naquela manhã, percebemos que a atenção ao doente ainda é um fator preocupante. Se as coisas continuarem como estão, a atenção ainda ficará em segundo plano. Sabemos que é preciso se preocupar com a prevenção e a promoção à saúde, sendo esta compreendida como uma boa dieta, convivência e prática de esportes. Por outro lado, há filas crescentes de doentes que aguardam cirurgias e exames.

Temos a certeza de que a única saída é a regulamentação da Emenda à Constituição nº 29, que estabelece gastos com a saúde. O governo federal faz um programa de bolsa de saúde, que é muito bom e importante para as pessoas menos favorecidas, mas coloca aquilo como dinheiro da própria saúde; faz uma rede de esgoto e coloca aquilo como gasto com saúde. Tudo bem que essas atitudes melhoram a condição de saúde das pessoas, mas é preciso definir quais são os gastos diretos com esse setor, pois somente assim haverá dinheiro para nos preocupar com os doentes.

Durante visita a Minas Gerais, o Ministro não citou o sério problema das filas e dos leitos hospitalares - a cada dia, menos leitos são

disponibilizados para atender os doentes. Na minha cidade, por exemplo, os pacientes ficam dois anos na fila para fazer cirurgia de vesícula ou de hérnia, ou meses para fazer um exame. E nessa reunião sobre a atenção à saúde num Estado como Minas Gerais, que contou com a participação de várias autoridades dos governos federal e estadual, não foi citada a preocupação com esse fator. Como médico e Vice-Prefeito de Divinópolis, convivemos com essa situação há muitos anos e sabemos que está para chegar o "apagão" da saúde, como citado aqui por vários colegas. Tenho a certeza de que as coisas vão piorar muito.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte)* - Obrigado, Deputado Doutor Rinaldo.

V. Exa. faz um relato preciso da vinda do Ministro Temporão ontem a Minas Gerais. Ele passou o dia em Belo Horizonte. Tivemos a oportunidade de participar de reunião na Secretaria de Estado de Saúde, chefiada pelo Secretário Marcus Pestana. V. Exa. aborda o aspecto principal, que aliás foi considerado prioridade pelo Ministro Temporão, depois da posição de consenso da Comissão de Saúde: a regulamentação da Emenda à Constituição nº 29.

Todos os graves problemas de saúde que afligem o nosso Estado e o nosso país não são decorrentes de falhas administrativa nem política no sistema. Elas são decorrentes basicamente da falta de recursos financeiros para permitir o funcionamento eficiente do SUS.

Nessa questão, meu caro Deputado Doutor Rinaldo, o próprio Ministro foi enfático, ao afirmar a todos nós que a sua prioridade será a regulamentação da emenda. E ainda mais, que, se a emenda vier a ser regulamentada neste ano, serão injetados por ano aproximadamente mais R\$10.000.000.000,00 no sistema de saúde. Quando nos referimos a esse assunto, que, aliás, é crucial, estamos apenas levantando a questão do custeio da saúde, sem falar nos investimentos que o sistema necessita para prestar um bom atendimento à população.

Deputado Doutor Rinaldo, parabéns pelo pronunciamento.

O Deputado Doutor Rinaldo - Deputado Carlos Mosconi, obrigado pela intervenção. A nossa preocupação é realmente essa. Vim a esta tribuna para dizer aos nossos colegas Deputados que estou formulando um requerimento que será dirigido ao Presidente, com o intuito de encaminhar à Câmara dos Deputados um ofício ou outro requerimento, a fim de que se tomem providências o mais rápido possível para regulamentar a Emenda à Constituição nº 29.

Já estamos ouvindo falar sobre isso. Pode haver até um movimento nacional. Minas Gerais leva isso adiante. Discutimos esse assunto hoje na Comissão de Saúde e entramos em contato com outras Assembléias Legislativas estaduais, a fim de que haja um movimento nacional para regulamentá-la. Se esperarmos do Executivo essa boa-vontade para que haja essa emenda... Para o nosso Presidente, quanto mais demorar, melhor será, pois terá mais liberdade para trabalhar o Orçamento.

Acredito que chegamos a um ponto crucial. Precisamos dessa emenda, pois são R\$10.000.000.000,00 a mais para a saúde que possibilitarão atenção maior ao doente. Tenho a certeza de que o Programa de Saúde da Família - PSF - é o melhor programa de saúde pública existente hoje no Brasil. Sou um estudioso do PSF. Em cidades como Várzea da Palma e Belo Horizonte já há uma cobertura total do PSF. A cobertura que pega 75% da população é uma cobertura total. Os outros 25% são de pessoas que possuem plano de saúde e optam por uma medicina particular. Uma cobertura de 75% é a cobertura total do serviço oferecido pelo Ministério da Saúde e pela OMS. Em algumas cidades ainda não se iniciou o PSF; em outras, o programa está muito atrasado. Cito Divinópolis, grande cidade, cidade-pólo, sede de uma macrorregião em que, há dois anos e meio, nada se investiu, nem se implantou nenhum PSF. Isso parece um absurdo.

O nosso colega Inácio, de Pará de Minas, é um defensor do PSF. Como Prefeito dessa cidade, implantou, se não me engano, 18 equipes do PSF num período de seis anos. Isso é respeito à sua população.

Em Divinópolis - aliás, tenho dito isso outras vezes -, em quase dois anos e meio da nova administração, nenhuma equipe foi instalada em nossa cidade. É o melhor programa de saúde pública existente no País.

Aproveito a oportunidade para dizer que já está na hora de nós - governos federal, estadual e municipal - criarmos o PSF 2. Muitos Municípios ainda não têm o PSF completo. Repito: está na hora de criarmos um PSF 2. O que é isso? Hoje o PSF cita o número de equipes numa cidade de acordo com seus habitantes. Para 3 mil a 4 mil habitantes, há uma equipe com um médico, um enfermeiro, um odontólogo, auxiliar de enfermagem e agentes comunitários. Como seria o PSF 2? Uma equipe especializada para "n" equipes de PSF.

Observamos que, na sua atenção básica, o PSF funciona. O médico atende às pessoas naquela localidade, resolve os problemas de hipertensão, diabetes, parasitose e faz a medicina preventiva, orientação sobre dietas e promoção da saúde. Todavia, no momento em que o paciente precisa de um encaminhamento e de uma avaliação neurológica, cirúrgica e cardiológica, aí o programa pára e ele precisa entrar numa fila, que dura meses. Muitas vezes a dificuldade de um exame e de uma consulta atrasa diagnósticos importantes, como, por exemplo, o de câncer.

Precisamos agora implantar um PSF 2. A partir de "n" equipes, o Município já precisa ter uma equipe com especialistas no PSF. É claro que nem todas as equipes terão especialistas, mas "n" equipes já merece um ortopedista, um cirurgião, um neurologista e um cardiologista. Assim teremos um PSF completo, e com uma atenção aos exames complementares.

Sabemos que hoje um colega do nosso Deputado Paulo Cesar precisa fazer uma biópsia para um diagnóstico importante, mas não consegue fazê-la. Não consegue atenção em tempo hábil para um diagnóstico importante. Somente com a regulamentação da Emenda à Constituição nº 29 teremos dinheiro para dar atenção ao doente. Há dinheiro, e é mesmo muito importante, mas temos de batalhar. Pedirei a assinatura de todos os colegas nesse requerimento para iniciarmos um trabalho no âmbito de Minas Gerais, e que cresça em âmbito nacional.

O Deputado Paulo Cesar (em aparte)* - Muito obrigado, Deputado Doutor Rinaldo. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero cumprimentar o Deputado Doutor Rinaldo por fazer essa defesa. Começar, mais uma vez, por Minas Gerais um grande movimento a fim de que leve a todas as Assembléias do Brasil, para a aprovação da Emenda à Constituição nº 29, tão importante para a saúde de Minas.

Participei hoje da Comissão de Saúde com o nobre Deputado Doutor Rinaldo e o Deputado Carlos Mosconi, na qual receberam a denúncia sobre uma pessoa que está necessitando de um tratamento, mas não o está conseguindo, isso na cidade de Juatuba. Coincidentemente, ontem recebi uma denúncia e, hoje também, uma outra pessoa que estava precisando de uma intervenção em Divinópolis, como foi dito pelo nobre Deputado. A pessoa precisa urgentemente se submeter a uma biópsia pela suspeita de um câncer de pulmão, mas não a está conseguindo. É um absurdo o que está acontecendo na saúde pelo SUS em Minas e no Brasil.

Quero fazer coro e apoiar o seu movimento, caro Deputado Doutor Rinaldo. É preciso fazer alguma coisa. Temos realmente de começar por Minas, porque a situação neste Estado é crítica. Falei também sobre isso na reunião pela manhã, quando uma pessoa da cidade de Perdigo precisou de uma internação em Divinópolis e não a conseguiu. O problema não é de Divinópolis, pois ela é uma cidade-pólo. Todas as cidades da região encaminham seus pacientes para Divinópolis, quando não vêm a Belo Horizonte. Então, a pessoa precisou ser internada em Divinópolis, mas, não conseguindo, o marido apavorado disse que pagaria particular. Isso sem ter condição nenhuma, somente para tentar

salvar a esposa, que ficou internada 30 horas no hospital. Quando concluíram que não havia recursos naquele hospital, transferiram a paciente para Ribeirão Preto. O hospital apresentou uma conta de R\$3.600,00, mais R\$4.500,00 de UTI móvel, para a transferência da paciente para Ribeirão Preto. Porém ele não tem como pagar, pois não tem condição nenhuma. Temos de ajudar esse povo sofrido da nossa Minas Gerais. Parabéns, Doutor Rinaldo!

O Deputado Doutor Rinaldo - Muito obrigado, Deputado Paulo Cesar. Precisamos do apoio da Assembléia para esse movimento, para termos esse dinheiro a mais para uma atenção ao paciente que precisa de exames, de tratamento, mas não os consegue, a fim de diminuir o sofrimento de pessoas que se encontram na fila e não têm atenção.

Sr. Presidente, ao voltar a esta tribuna, não poderíamos deixar de citar também a greve dos Defensores Públicos. Todos aqui já se pronunciaram a favor. Trata-se um movimento que está deixando pessoas carentes sem atendimento. Temos certeza de que os Defensores estão ansiosos para voltar ao trabalho. É o que eles gostam de fazer, é o que fazem bem feito. Já visitei o trabalho deles em minha cidade, Divinópolis, e vi a competência e a dedicação de todos. Pessoas carentes estão sem esse serviço. Estamos novamente falando em defesa dos Defensores Públicos de Minas Gerais, que precisam voltar a trabalhar.

Todo homem gosta de trabalhar. Todo homem que se forma e tem algum trabalho a fazer precisa retornar a ele. Esperamos que os Defensores possam voltar ao seu trabalho o mais rápido possível. Precisamos chegar a um consenso, a uma proposta viável para o Estado de Minas Gerais e para o trabalho dos Defensores Públicos, que são impedidos de ter outra atividade. Nós, médicos, ganhamos muito pouco pelo SUS, mas temos o direito de atender em consultório particular. Os Defensores Públicos são limitados ao trabalho na Defensoria Pública. Deixo aqui, mais uma vez, nossa fala de apoio ao movimento dos Defensores Públicos. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

Deputado Célio Moreira* - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, todos que acompanham os trabalhos da Assembléia pela TV Assembléia, venho a esta tribuna hoje para uma manifestação em defesa da vida. Era de se prever que a liberação do aborto em Portugal viesse recrudescer manifestações favoráveis à instituição dessa prática também no Brasil. O sinal verde vem do próprio Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, que já defende a abertura do debate sobre o direito de a mulher interromper a própria gravidez.

Além de deixar claro sua posição favorável à mudança na lei, Temporão vem propor que a questão seja discutida em plebiscito, posição defendida pelo Governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, que já havia tomado a dianteira nessa questão.

Não ignoro que, por princípio constitucional, o Estado é laico, mas é lamentável perceber que, em alguns países, o Estado tem abraçado essa causa, muitas vezes passando por cima do desejo da maioria, como aconteceu em Portugal, onde o resultado do plebiscito, contrário ao aborto, foi ignorado.

O risco de termos a liberação do aborto no Brasil avizinha-se perigosamente, contemplando grupos e segmentos que há anos aclamam com vigor a institucionalização desse crime no Brasil, a pretexto de defender a saúde da mulher ou de respeitar seu direito de pôr ou não filhos no mundo.

A descriminalização do aborto já se afigura como quase certa no País, onde tantos, movidos por ambições diversas e desprovidos de bom-senso, defendem também a liberação da venda da maconha. Ao que parece, estamos propensos a buscar nas fórmulas menos trabalhosas a solução para questões que têm raízes na estrutura social e educacional deste país.

E, em breve tempo, a continuarmos buscando na liberalização do crime a solução de conflitos e o abortamento de situações que não convêm ao Estado, logo surgirão vozes na defesa também da venda indiscriminada da cocaína, do "ecstasy", a pretexto de esvaziar o crime organizado, de minar o narcotráfico. E logo haveremos de condescender com as mulheres que desejarem interromper a vida dos filhos que nascerão com anomalias, como a Síndrome de Down.

É de se perguntar onde reside o limite para as ações do homem em sua moralidade, no seu temor a Deus. Ou será que Deus está perdendo definitivamente espaço na sociedade contemporânea? Primeiro, o divórcio, defendido até transformar-se em situação comum em todo o mundo. E daí? A modernidade resolveu a vida de adultos, mas herdamos uma legião de adolescentes desestruturados. A instituição Igreja Católica foi vencida.

O aparente e inevitável caminhar na direção ao consentimento institucionalizado do aborto não ameniza, no entanto, o horror desse ato, que deixa marcas profundas no aspecto emocional de tantas mulheres arrependidas de seu ato em um momento de desespero, seja por falta de meios para alimentar mais uma boca, seja por medo da não-aceitação pela família.

É sabido que uma gestante pode sofrer variações emocionais que tiram dela o equilíbrio, aumentando seus medos, inseguranças, levando-a à depressão, até. Geralmente, é nesse estado de perturbação que ela se decide pelo aborto. E esse é um fato a se considerar.

Os meios anticonceptivos estão aí, em variadas fórmulas, e já que a liberação sexual é irreversível no mundo, que nós, legisladores, autoridades de saúde, cuidemos para que todos os instrumentos sejam usados para ajudar as mulheres a se proteger.

Ao defender a descriminalização do aborto no País, estamos rompendo com valores que secularmente norteiam o cristianismo e estaremos estabelecendo valores próprios e convenientes, em contraposição a um dos mandamentos de Deus, que é não matar.

Ao cristão católico ou de qualquer outra religião há de ser preocupante a defesa do aborto e a proliferação de sua prática no Primeiro Mundo, porque ela esvazia o conceito de Deus. É triste a constatação de que o homem hoje se preocupa menos com a verdade a ele deixada por Cristo e mais em tornar-se igual, para não parecer alienado. É triste constatar que uma busca insaciável pela liberdade ponha em lados opostos a fé e a mulher.

A liberdade de praticar aborto é o preço principalmente da liberdade sexual que se instalou no mundo a partir do século XX, e hoje queremos estancar, com o assassinato de fetos, o produto do prazer buscado com irresponsabilidade e descomprometimento.

A banalização da violência, do crime está ganhando espaços no mundo e, no meu entender, a expansão da prática do aborto é só mais uma manifestação dessa realidade. Mais fácil parece arrancar do ventre o que incomoda do que lançarmos mãos de novas políticas públicas e publicidade, maciça e constante, de alerta aos jovens sobre os danos que uma gravidez indesejada pode lhes causar vida afora.

Por trás da liberação do aborto em Portugal há o desejo dessa nação de seguir o exemplo das irmãs nações européias. E, no Brasil, o fato de

um País de tradição católica, cristã, responsável pela nossa cristianização, como Portugal, haver liberado o aborto parece ter-nos libertado de repente do receio ou compromisso com a verdade cristã.

Somos muito pouco para entendermos a profundidade dos mistérios de Deus e assimilarmos o projeto do Criador para o homem, mas sabemos que um feto com poucos meses de gestação já manifesta instinto de sobrevivência quando ameaçado em sua integridade física. Daí não podermos ignorar o inevitável questionamento: onde a vida se inicia? Seria no ato da concepção ou não? Não sabemos, não saberemos.

No campo espiritual, vivemos de incertezas, mas movidos pelas sensações e fé. E pela fé acreditamos que Deus existe, que Ele permite que nasçam pessoas inteligentes, outras com comprometimento mental, e mesmo com dano encefálico, bonitas, feias, simpáticas, antipáticas, gênios e portadores de deficiência mental.

Acreditando que nenhuma folha cai sem que ali se manifeste a vontade de Deus, então, haveremos de crer que também as deformidades físicas e psicológicas que tantos trazem do ventre materno é a vontade de Deus manifesta. E decidirmos sobre o direito de nascer é interferir sobre o plano do Criador.

E se aceitamos como verdade os Dez Mandamentos, os ensinamentos de Cristo, não podemos compactuar com aqueles que defendem o aborto em casos de estupro ou sob o argumento de que sua caracterização como crime induz as mulheres à procura de clínicas clandestinas e ao risco de morte.

Nossa posição em relação ao aborto, infelizmente, há de ser inflexível, de intolerância até mesmo nessas circunstâncias, por coerência religiosa, por respeito à vida. Dizer-se cristão e concordar com a prática de tão abominável conduta é incoerente. Ou seguimos os mandamentos de Deus e acreditamos nos ensinamentos cristãos de que nenhuma folha cai sem que o Criador assim o deseje ou nos definamos todos ateus.

O que não nos é mais possível é dizer-nos crentes em Deus e termos uma lei terrestre que contrarie frontalmente seus ensinamentos. Então, deixemos de hipocrisia. Não podemos colocar Deus onde queremos e onde achamos conveniente. Ou estamos com Ele ou estamos sem Ele.

Por trás da defesa do aborto está o desamor e o desrespeito à vida. Entender o aborto como prática aceitável é romper definitivamente com a crença da existência de Deus. E não importa que o mundo inteiro venha a aderir a essa prática, pois não seremos menos se mantivermos nossas convicções religiosas e morais a esse respeito.

Tenho convicção de que o povo mineiro saberá reagir com um não às pretensões de se institucionalizar o aborto neste país. Estou certo de que Minas Gerais dará o exemplo de seriedade cristã, de preservação da fé e rebaterá a intenção daqueles que querem substituir pelas suas as leis maiores.

Cabe-nos, companheiros desta Casa, desencadear uma ação arrojada de repúdio a esse insano propósito e fazer neste Estado uma corrente em favor da vida.

Vivemos em um país abençoado, dos mais bonitos, somos um povo de tradição humanista, somos alegres, gostamos de nos abraçar, gostamos do afago e, se tivermos percepção aguçada, vamos perceber que Deus tem um carinho especial por este país. Lutemos, pois, pela vida, lutemos pela defesa do direito de nascer.

Vamos lutar unidos para que haja políticas públicas para atender a mulher. No caso da aprovação do aborto, de se matar a criança no ventre, não poderemos interferir.

Hoje, no Brasil, a saúde está tão precária que não há condições de cuidar sequer de uma dor de barriga, de atender uma pessoa com febre, mas querem equipar hospitais para matar uma criança inocente no ventre da mãe. Como eu disse, as conseqüências para a mulher são diversas. Precisamos apoiar as mulheres por meio de políticas públicas, psicólogos, psiquiatras, enfim, em todos os estágios, fazendo também a conscientização da juventude. Há pessoas que acreditam que nunca acontecerá com elas e que, caso ocorra, irão resolver tirando, matando. As coisas não são por aí.

Essa situação se instalou em Portugal. Agora, vimos a manifestação do Ministro da Saúde, que é favorável. Nós, que defendemos a vida e a família, não podemos de forma alguma ficar calados. Temos que lutar para que a vida seja respeitada. Que as mulheres tenham uma atenção especial nos níveis municipal, estadual e federal. Se, quando a mulher tiver alguma dificuldade com o feto, ela acreditar ser mais fácil tirar, matar, será fácil acabar com a vida de algumas crianças. Já vimos em vários debates nesta Casa, na Comissão de Saúde e na Especial de Transtorno Mental e Autismo, o amor e o carinho que os pais têm pelas crianças, pelos portadores da síndrome de Down, de deficiências, de transtorno mental e autismo. Não é matar que irá resolver. Precisamos de políticas públicas para dar atenção e todo o atendimento necessário para todas as mulheres. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Carlos Arantes - Sr. Presidente, nobres colegas, telespectadores da TV Assembléia, estou nesta tribuna para comunicar meu retorno ao PSC e agradecer a acolhida que tive no PFL, hoje Democratas. Como há dúvidas pairando no meio político, nos partidos, preferi voltar ao PSC e dar continuação ao meu trabalho ao lado dos queridos Deputados Fábio Avelar, nosso Líder maior na Assembléia, e Antônio Genaro; do meu Presidente Geraldo Faria e do Presidente Nacional, Vítor Nosséis. Agradeço muito minha acolhida.

Continuaremos trabalhando. Na Assembléia, defendendo nosso pensamento, nosso rumo é principalmente o da defesa do setor produtivo, pois, com renda e desenvolvimento, o cidadão cria sua família, coloca seu filho na faculdade, enfim, dá condições dignas de vida. Hoje, tenho uma grande preocupação, principalmente no que se refere ao produtor rural.

O Deputado Fábio Avelar (em aparte) - Deputado Antônio Carlos Arantes, é com uma grande satisfação que o recebemos no PSC, agora com três Deputados. Saliento a importância de sua presença no partido, com sua liderança e conhecimento.

Saliento também que, em todo o período em que convivemos no PSC, você sempre contribuiu para o crescimento do nosso partido. Naquela oportunidade, sua saída foi muito serena e tranqüila, tendo sido compreendida por todos os seus colegas. Agora, seu retorno é motivo de alegria, e o PSC se sente fortalecido com três Deputados nesta Casa. É mais um incentivo na busca do nosso crescimento no Estado de Minas Gerais. Em nome da nossa bancada, do nosso Presidente e do PSC, manifesto nossa alegria em tê-lo de volta, na certeza de que V. Exa. contribuirá muito para nosso crescimento. Seja bem-vindo.

O Deputado Antônio Carlos Arantes - Obrigado. A crise assola o setor produtivo, principalmente no campo. A partir de discussões fortes no Sul de Minas, em Santa Rita e São Sebastião do Paraíso, chegamos à Faemg e à Assembléia. Houve um debate sugerido por nós e apoiado por esta Casa, principalmente pela Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial. Foi importante, pois o povo da região veio, Minas veio, unificando seu pensamento e mostrando que a crise no setor produtivo é muito séria.

A partir daí, surgiu a Carta de Minas, assinada pelos Deputados da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, por outros Deputados e pelas entidades que representam o setor rural - Faemg, cooperativas, sindicatos rurais. Solicitamos uma audiência com os Ministros Reinhold Stephanes e Walfrido dos Mares Guia, o qual é mais próximo do Presidente Lula e, talvez, o mais forte em termos políticos. O Deputado Carlos Melles sugeriu que essa audiência ocorresse rapidamente, e o Ministro nos recebeu. Os Deputados Chico Uejo, Padre João, Elmiro Nascimento e este Deputado formamos uma comissão e fomos a Brasília. Estavam presentes também vários Deputados Federais, liderados pelo Deputado Carlos Melles, e os Senadores Eduardo Azeredo e Gérson Camata, além dos setores ligados à Faemg, à CNA e a cooperativas. O Ministro nos recebeu bem, o Deputado Carlos Melles apresentou os números, entregamos a Carta de Minas, com nossas reivindicações e mostrando o tamanho do problema. Sentimos que o Ministro foi muito receptivo, e propôs que façamos nova rodada de discussão com a área técnica dos Ministérios da Fazenda e da Agricultura e com os representantes do setor produtivo. Fiquei feliz, e estamos animados para buscar uma solução para amenizar essa grave crise que assola o setor rural, principalmente os produtores de café e leite. Todo o setor passa por dificuldades enormes e sofre a cada dia mais. A renda é tão baixa que a maioria dos produtores rurais não tem condições de dar dignidade à família, manter a propriedade, ter equipamentos de qualidade nem pagar uma faculdade para os filhos. Está-se criando uma nação de jovens sem acesso ao direito de estudar, de formarem-se e ter de uma vida com qualidade.

Nós, da Comissão de Agricultura - aproveito para cumprimentar mais um amigo, o Deputado Getúlio Neiva, que muito tem contribuído com os trabalhos -, estamos felizes com os resultados e esperamos cumprir o nosso dever. Vamos trabalhar muito, pois temos muitos desafios a superar.

Gostaria de complementar as palavras do Deputado Célio Moreira. Também sou católico praticante e, quando se fala em aborto, fico impressionado com a coragem do ser humano de matar um ser indefeso. É um absurdo os números relacionados com a questão do aborto. Na segunda-feira, vi uma entrevista do Ministro da Saúde, José Gomes Temporão. A repórter lhe fez uma pergunta que o apertou: "O senhor é a favor ou contra o aborto?". Ele se saiu até bem na resposta, mas nós, que somos convictos do que pensamos quanto à questão do aborto, não a aceitamos. Ele disse que todos são contra o aborto. Se ele é contra o aborto e se todos nós somos contra, por que propor uma discussão profunda nesse sentido? Não temos o que discutir: aborto não tem de existir. O ser humano, como disse o Deputado Célio Moreira, foi feito por Deus desta forma, e, se acreditamos nisso, essa é a realidade, portanto temos de defender a vida.

Hoje, neste país, segundo a OMS, pratica-se mais de 1 milhão de abortos, e mais de 400 mil mulheres morrem por causa desse ato. Acredito que essa questão seja muito mais de saúde pública, de desenvolvimento. Temos de trazer renda para as famílias, para que tenham oportunidade e condições financeiras de alimentar e deixar vir ao mundo a criança que foi gerada, mesmo sendo indesejada, para que uma vida possa ter seguimento.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Quero parabenizá-lo principalmente por esse ponto do seu pronunciamento. Considero que a questão é complexa, preocupante e foi apresentada num momento impróprio para avaliação.

Ontem, no meu programa de televisão, tive a oportunidade de falar a respeito disso. Creio, assim como V. Exa. também o creê, que, pelo fato de o Brasil ser um país cristão, que ainda preserva e conserva valores, principalmente os familiares, essa proposta não vingará. Se, porventura, ela continuar, quero não só apartear o colega, mas também, nessa mesma empreitada deste Parlamento, levantar-me contra essa idéia absurda.

Há uma informação da Kaiser Foundation - não sei se é precisa, questiono-a um pouco, embora seja uma fonte fidedigna -, dizendo que, nos Estados Unidos, são 3.900 abortos por dia, e, no Brasil, chegamos à casa de 5 milhões de mulheres que fazem aborto todos os anos. Parece-me que há um equívoco, mas não vou me ater à questão da quantidade, mas sim às questões moral, ética e religiosa que o assunto requer. Precisamos nos levantar contra isso. Faço uma brincadeira com respeito ao proponente do plebiscito: ele, como bom temporão, não deveria fazer discurso em favor do aborto.

O Deputado Célio Moreira (em aparte)* - Deputado Antônio Carlos Arantes, quero parabenizá-lo pelo trabalho e pela dedicação que V. Exa. tem demonstrado, nesta Casa, ao defender os interesses da sua região. O senhor é um Deputado que corre atrás e, sem dúvida, representa muito bem toda a região.

Quando lemos o jornal, assistimos à televisão e escutamos o rádio, Deputado Antônio Carlos Arantes, verificamos que a imprensa insiste na questão do aborto legal. Não existe aborto legal no Brasil. "Ah, o aborto legal, nos casos de risco de vida da mãe ou de estupro...". Não é permitido o aborto. Nesses casos, o aborto não é punível. E insistem em dizer que se trata de aborto legal. O aborto é crime, mas não é punível nos casos de risco de morte da mãe e de estupro.

Gostaria de comunicar ao Plenário - estive com nosso Presidente e com o Presidente da Comissão de Saúde, Deputado Carlos Mosconi - que apresentamos um requerimento criando nesta Casa a Frente em Defesa da Vida e contra o Aborto. Não sei se V. Exa. já o assinou e gostaria que o Deputado Vanderlei Miranda, que deixou aqui a sua participação, também assinasse, para que pudéssemos apurar, em âmbitos municipal e estadual, a situação das mulheres que procuram os postos de saúde e os hospitais das redes privada e pública, para um levantamento.

Como eu disse, precisamos criar políticas públicas para atender à mulher, na saúde e na questão psicológica, e à família, e não simplesmente matar uma criança inocente no ventre materno. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Carlos Arantes - Muito obrigado.

Complementando, só para concluir, Sr. Presidente, faço uma reflexão para nós que temos o sentimento da valorização do ser humano e da família. O cientista Jacques Cousteau, em suas missões nas florestas, ficou encabulado - esta é uma história verdadeira -, porque, pesquisando os gorilas, viu muitas gorilas fêmeas mortas, em série, em um momento difícil, de seca. A conclusão que teve foi que as gorilas, na falta de alimento para seus filhos, mordiam seus próprios pulsos e lhes serviam sangue. E as famílias, matando seus filhos... Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Elisa Costa - Quero fazer meu cumprimento e saudação ao Deputado José Henrique, que preside a Mesa da reunião, aos Deputados presentes no Plenário e à Deputada Rosângela Reis. Quero também cumprimentar toda a imprensa, todos os servidores e servidoras e todos os que nos assistem neste momento.

Estou hoje, mais uma vez, nesta tribuna para abordar dois temas. Considero o primeiro tema extremamente importante porque diz respeito ao

Estado de Minas Gerais, às políticas públicas e aos servidores do Estado. Temos acompanhado atentamente, ao longo dos anos, especialmente neste ano, o movimento do funcionalismo público estadual, através das suas diversas representações, categorias e órgãos do Estado, que têm apresentado um conjunto de reivindicações ao Governador Aécio Neves e que também o apresentaram ao Presidente desta Casa e a diversos Deputados presentes, Líderes dos partidos políticos, e aguardam uma manifestação do Governador de Minas em relação às suas reivindicações.

Na ocasião, foram apresentadas três propostas. A primeira é a exigência do cumprimento da legislação aprovada nos últimos quatro anos, que é a efetiva implantação dos planos de carreira em Minas Gerais.

Inicialmente, tivemos os planos de carreira. Posteriormente, aprovamos uma segunda legislação relativa às tabelas salariais, à recomposição e, principalmente, ao reposicionamento dos servidores nos quadros de carreira deste Estado; todavia a legislação deixou a desejar quanto ao reposicionamento e à inclusão do adicional de produtividade, por critérios de desempenho e por especialização de nossos servidores, o que ficou para ser avaliado em vista dos recursos de Minas Gerais.

A legislação, que precisa ser aplicada, não ficou a contento dos servidores. Faltou efetivamente do Estado maior comprometimento. Se queremos educação de qualidade, precisa haver incentivo para que nossos servidores cresçam na carreira por meio de cursos de especialização, ou seja, por intermédio da melhoria de seus níveis de escolaridade, por exemplo, graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado. Diante disso, como deixar prevalecer a condição de, somente em casos de haver recursos oriundos de arrecadação, a lei ser atendida?

Os servidores apresentaram, entre suas três propostas, a primeira sobre o reposicionamento na carreira, considerando, para promoção, o desempenho e a escolaridade. Enfim, apresentaram uma série de critérios, para que fosse possível o aprimoramento na carreira.

A segunda proposta foi relativa ao cuidado do governo de Minas com o Ipsemg, que necessita ser reestruturado. Em Minas Gerais, há um clamor dos servidores públicos por bom atendimento na área da saúde.

A terceira proposta refere-se às reivindicações de cada categoria de servidores, que clama, de maneira específica, pelo atendimento de suas necessidades e pela melhoria de suas condições de trabalho. Em resumo, querem ver atendido, por categoria, o conjunto de suas necessidades.

Entre todas as importantes categorias de servidores do Estado de Minas Gerais, quero citar a maior delas: a dos educadores. Os profissionais da educação não tiveram, ainda, a recomposição dos seus salários, o que daria maior dignidade ao seu trabalho. Essa categoria espera, há anos, a necessária realização de uma política de educação de qualidade no Estado de Minas Gerais.

Quero deixar aqui o registro de nosso compromisso com os servidores de Minas, assim como a necessidade, com urgência, de recomposição digna de salário para todos, principalmente para os professores, que, historicamente, precisam desse reajuste e de um maior comprometimento do Estado para com a categoria.

Hoje, tivemos a oportunidade, ao abriremos os jornais, de ver uma manifestação do Governador de Minas em relação ao aumento de salários dos servidores da segurança pública, isto é, dos policiais civis e militares e dos Agentes Penitenciários. Esse aumento foi de 33%, a ser dividido em três anos, sendo os primeiros 10% a partir de setembro de 2007. Claro que a reivindicação histórica dos servidores da segurança pública ainda não foi atendida. Da mesma forma, esse valor também não atenderia às demais categorias dos servidores e do funcionalismo público de Minas. Mesmo assim, precisamos admitir que já houve manifestação em relação aos profissionais e aos servidores da segurança pública de Minas Gerais. Essa política pública é fundamental para o nosso Estado e para o Brasil, a fim de que sejam garantidos os direitos humanos, a proteção às pessoas e uma segurança pública efetivamente a serviço da população, especialmente a mais pobre de Minas Gerais.

Temos de dizer ainda que defendemos não só a área de segurança pública, para cujos servidores defendemos trabalho digno e salário justo. Ou seja, defendemos para eles mais que o que foi apresentado pelo Governador de Minas.

Quanto às outras áreas, queremos saber qual é a resposta do Governador Aécio Neves para os demais servidores do Estado de Minas Gerais. Refiro-me a inúmeras categorias. Nas áreas da saúde e da educação, vê-se uma reivindicação histórica. Em Minas Gerais, os professores e os educadores do Estado recebem um dos piores pisos salariais do País. Se queremos promover políticas públicas de qualidade, se queremos dispor de uma gestão eficiente, que dê resultados, temos de investir nos salários dos servidores. Na verdade, a aplicação de recursos nos salários dos servidores não significa gasto, mas investimento, pois, na ponta, a população, contando com atendimento satisfatório e garantido, usufruirá o resultado de uma política pública eficiente.

Faço um apelo aos Deputados que fazem parte da base do governo e também acompanharam os servidores durante suas reivindicações, para que dêem atenção a essa questão. A coordenação intersindical do funcionalismo já se reuniu com o Vice-Governador e com os representantes da Secretaria de Planejamento. Ademais, já apresentou ao Governador suas reivindicações, a fim de obter uma resposta às reivindicações dos servidores do Estado, especialmente as dos servidores da educação. Então, fazemos aqui, Deputado Zé Maia, esse apelo, visto que, na minha opinião, todos os Deputados consideram a necessidade de se promover a recomposição dos salários de todas as categorias de servidores do Estado de Minas Gerais. Não estamos querendo dizer que uma ou outra categoria tem prioridade. Na realidade, todas merecem justiça salarial, dignidade no trabalho e recomposição histórica de seu salário.

Destacamos a educação, pois essa área tem mais de 300 mil servidores que recebem o pior piso salarial do Brasil. Agora, temos a discussão do Fundeb, e as reivindicações da categoria superam aquilo que o governo federal está apresentando. Todavia desejamos que isso seja, de fato, considerado no Estado de Minas Gerais. Fazemos esta solicitação e esperamos que o Governador dê uma resposta às demandas, às reivindicações apresentadas pelo funcionalismo do Estado.

Considerando-se ainda o importante tema educação, que, aliás, constitui prioridade do nosso mandato - e nossa bancada possui vários Deputados que trabalham com essa questão -, aviso que, no dia 25 de abril, o Presidente Lula anunciará o Plano Nacional de Educação. No dia 15 de março, ele apresentou um pré-plano, deixando-o em aberto, a fim de ouvir os representantes dos Municípios, a Frente Nacional de Prefeitos, por meio da marcha, os Governadores e as diversas representações da sociedade civil. Agora, no dia 25, fará o lançamento oficial do Plano Nacional.

Registro que, de acordo com o Plano Nacional, serão instalados, no País, mais 150 Cefets, ou seja, escolas que promovem ensino tecnológico superior. Minas Gerais, que já possui 6 Cefets, receberá mais 11. Essas escolas serão distribuídas pelo Estado e têm como objetivo assegurar a melhoria da qualidade do ensino técnico profissionalizante, que foi abolido durante o governo anterior. Desse modo, poderemos criar oportunidades para a nossa juventude, a fim de que possa se profissionalizar e capacitar-se para o mercado de trabalho.

O Plano Nacional cuidará desde as creches até a universidade, passando pelo ensino fundamental, pelo piso nacional dos professores e pelos recursos que os Estados receberão, especialmente para o ensino médio. Até então não havia recursos federais para o ensino médio. Agora, os Estados receberão recursos para o ensino médio. Essa é uma diferença fundamental para dar qualidade e garantir que a escola seja prazerosa

para os nossos estudantes, inclusive aqueles que moram ao lado da escola. Muitas vezes nem estão dentro da escola, mas devemos atrair os jovens para que possam de fato fazer parte da educação formal.

Existem outros espaços de educação informal no País, por meio dos movimentos sociais, das entidades e das lutas do povo, que também constroem a cidadania e formam a nossa população.

O Presidente Lula disse que a educação formal não está nada bem. Por isso, a prioridade do seu segundo mandato é distribuir renda, fazer o País crescer e se desenvolver. Não será possível o desenvolvimento do País se não tivermos uma educação de qualidade. Os alunos, além de estar dentro da escola, incluídos educacionalmente, precisam que a escola também ofereça qualidade de ensino, bons salários para os professores e a garantia de que terão uma formação humana integral na sua vida, para a construção de sua própria história.

Registro que haverá pelo País e também em Minas Gerais, além das universidades existentes, mais algumas extensões universitárias para abrir mais vagas para os estudantes universitários do País, especialmente do Estado.

Finalizando a nossa fala, quero contar uma breve experiência. De fato, temos de reivindicar também do Governador de Minas o compromisso para que a Lei nº 10.709, de 31/7/2003, seja cumprida. Os Estados precisam assumir o transporte escolar dos alunos das redes estadual e municipal. O Estado deve ter esse compromisso, ainda mais agora que receberá mais recursos do Fundeb, para também ajudar os Municípios a terem uma educação de qualidade.

O Governador Aécio Neves não tem assumido devidamente com os Municípios o transporte escolar no Estado de Minas Gerais. Na nossa cidade, Governador Valadares, Deputado José Henrique, a Prefeitura acaba de fechar 12 escolas nas comunidades rurais. Enquanto o governo federal abre escolas, universidades e implementa cursos técnicos profissionalizantes, temos visto que algumas cidades estão fechando escolas.

A educação deve ter prioridade. É preciso sempre abrir escolas, especialmente nas comunidades rurais. A educação deve ter um diferencial para que os alunos e os pais possam ficar na comunidade rural e não haja o êxodo rural rumo às grandes cidades. Isso é importante para enfrentar a criminalidade e a violência da nossa juventude. Muito obrigada.

O Deputado Getúlio Neiva* - Sr. Presidente, Deputado José Henrique, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, venho hoje à tribuna para comemorar com Minas Gerais a visita do Ministro José Temporão, do PMDB, que compõe o governo federal. Lembro o destaque que S. Exa. fez da sintonia absoluta que existe entre a Secretaria de Saúde e os Municípios mineiros na área da saúde.

Agradeço ainda ao Secretário de Estado Marcus Pestana a presteza de disponibilidade pessoal e de recursos para resolver o grave problema de saúde da minha cidade, Teófilo Otôni.

Dos 14 PSFs, foram fechados 11, assim como o Hospital Municipal. O Hospital São Lucas e o Hospital Vera Cruz descredenciaram-se do SUS, e o Hospital Municipal foi fechado pela Prefeita. Há uma epidemia de dengue, e, nesta semana, o número de pessoas infectadas já ultrapassou 4.600.

Agradeço ao Ministro Temporão, que, nessa visita, ofereceu-nos sua ajuda, atendendo ao apelo que fiz em Plenário de intervenção federal e estadual. Agradeço ainda à Comissão de Saúde, na pessoa do Presidente, Deputado Carlos Mosconi, que, hoje de manhã, aprovou o requerimento de uma visita da Comissão de Saúde a Teófilo Otôni para verificar "in loco" o desastre ocorrido naquela cidade, em razão da irresponsabilidade administrativa da Prefeitura Municipal. Agradeço penhoradamente a todos que estão contribuindo para que o povo daquela cidade-pólo não sofra mais com os problemas ocorridos até agora.

Está em minhas mãos o relatório de acompanhamento da auditoria feita pelo Estado, naquela cidade, em relação à dengue. Foram pesquisados 48 bairros. O índice tolerável é de 1%, e a média de infestação é de 10%. Quatro bairros apresentam 13% de infestação. O desastre é tão profundo quanto a morte de uma moça de 20 anos que anunciamos semana passada.

Deputados Célio Moreira, Ademir Lucas, Sargento Rodrigues, José Henrique, Elisa Costa, Rosângela Reis e Gláucia Brandão, ressaltamos que, atualmente, a "Vox Populi" realiza uma pesquisa interessante nas ruas. O resultado é que a aprovação do governo Aécio Neves é de 75%, enquanto a aprovação do Presidente Lula é de 59%.

Nós, que fazemos parte da base do governo federal e da base do Governador Aécio Neves, estamos duplamente satisfeitos. Estamos bem lá e aqui. Todavia, não podemos fechar os olhos para os erros, os equívocos cometidos, sobretudo onde há clara evidência de irresponsabilidade administrativa, de incompetência administrativa, de desumanidade administrativa, quando se deixa uma cidade, como Teófilo Otôni, pólo do Nordeste mineiro, submetida a um desastre na área da saúde do tamanho desse que estamos vivendo.

Minha indignação é profunda no que se refere à defesa dos interesses do povo mais pobre. Na época da campanha eleitoral, falava-se que iam defender e ajudar os pobres, mas a primeira coisa que ocorreu em Teófilo Otôni foi o fechamento de 23 cozinhas comunitárias que atendiam as pessoas carentes, em que mais de 3.800 famílias alimentavam-se sem gastar um tostão. Cozinhas nos bairros pobres de Teófilo Otôni foram fechadas no primeiro dia de governo.

Como disse, de 14 PSFs, 11 foram fechados no primeiro dia de governo. Entre as 900, 1000 pessoas demitidas, 400 eram agentes comunitários de saúde e agentes de dengue. Está aí a consequência do desastre, e os Deputados que lá estiveram são testemunhas disso.

Em minha cidade, anuncia-se a plenos pulmões que o governo Lula enviou R\$30.000.000,00 do PAC, quando, na verdade, ofereceu - como oferece a qualquer Prefeito - um financiamento da Caixa Econômica Federal, que precisa ser aprovado pela Câmara Municipal, além de um estudo de viabilidade. Nesse estudo, a capacidade de endividamento e de pagamento deve ser analisada.

A Caixa Econômica Federal me informou, ontem, que a capacidade de endividamento da Prefeitura de Teófilo Otôni é de apenas 7 milhões. Por outro lado, a sua capacidade de pagamento é zero, porque ela está devendo aos fornecedores, aos funcionários, não pagou o 13º salário do ano passado e também está devendo aos médicos, aos dentistas, aos prestadores de serviços e aos hospitais. Estabeleceu-se o caos na minha cidade.

Venho aqui agradecer ao Deputado Carlos Mosconi, da Comissão de Saúde, que irá até lá nos ajudar a encontrar uma solução. O Secretário Marcus Pestana nos disse que o Governador determinou que não faltarão recursos para socorrer Teófilo Otôni. No entanto recursos não podem ser entregues para a irresponsabilidade administrativa de uma Prefeita desumana, que está deixando o povo morrer na fila dos hospitais.

Por falar em hospitais, não há remédios para os dialíticos, nos hospitais de Teófilo Otôni. Faltam remédios para o tratamento de doenças, as

mais simplórias. Não há remédios de manutenção. Aliás, foi fechada uma fábrica de remédios que produzia 42 tipos de remédios por dia. Os sais foram doados para um outro Município, logo no início do mandato.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte)* - Deputado Getúlio Neiva, tive a oportunidade de ser Prefeito e também de poder acompanhar o brilhante trabalho de V. Exa., que também muito fez e continua fazendo por Teófilo Otôni e por Minas Gerais, agora, na qualidade de Deputado.

Gostaria de me solidarizar com V. Exa. quanto às suas preocupações em relação à área da saúde, mais precisamente em relação a essas notícias extremamente preocupantes sobre Teófilo Otôni.

Aproveito a oportunidade para fazer uma reflexão de como, às vezes, é irresponsável o comportamento daqueles que, enquanto Oposição, fazem um discurso, mas, quando chegam ao poder, viram exatamente isso que V. Exa. nos está descrevendo. De fato, já vimos esse tipo de situação ocorrer em várias ocasiões.

Agora a cidade de Teófilo Otôni passou para as mãos do PT. O seu povo está sentindo, na sua pele e com a sua saúde, as dificuldades daquele discurso fácil, que virou uma terrível prática de desmantelamento da estrutura pública de saúde, como conseqüência da nomeação de companheiros do PT. A realidade é bem diferente das promessas.

V. Exa., com certeza, é a esperança do povo de Teófilo Otôni. Tomei conhecimento da visita que a Comissão de Saúde fará a sua cidade, sob a coordenação do Deputado Carlos Mosconi, de V. Exa. e dos demais membros.

Embora sejamos a favor da plena autonomia do Município nas gestões de saúde, é hora de revertermos esse quadro. A municipalização da saúde foi um avanço do SUS, mas isso não significa que devemos ignorar tal situação.

É preciso que o Estado e o governo federal atentem para o sofrimento do povo de Teófilo Otôni. Infelizmente, isso acontece em algumas localidades.

Quero dizer da minha solidariedade e da admiração que nutro por V. Exa., mais precisamente pelo seu trabalho brilhante e pela sua história como homem público. Tenho a convicção de que V. Exa. saberá superar essas dificuldades junto ao seu povo. Muito obrigado.

O Deputado Getúlio Neiva* - Obrigado, Deputado Domingos Sávio, por sua intervenção.

Finalizando, gostaria de dizer que realmente estamos preocupados. Fique dois meses sem dizer nada neste Plenário, mas, agora, com o desastre que se abateu sobre Teófilo Otôni, não há como continuar calado.

Os colegas companheiros nos perguntam o porquê desse desastre tão grande. É fácil explicar, pois uma Prefeitura com 2.003 funcionários contratou 1.155 funcionários de Governador Valadares, de Ipatinga, de Vitória da Conquista, na Bahia, e até do Ceará. Em todas essas cidades, o PT perdeu as eleições. Vejam o que aconteceu conosco.

Lembro-me de quando o PT assumiu a Prefeitura de Belo Horizonte, ocasião em que chegou aqui aquele bando de quase 15 mil pessoas, de São Paulo, cidade em que a Sra. Erundina havia perdido as eleições. Isso não pode continuar assim. É preciso mudar o conceito de se fazer política neste Estado e neste país. O poder municipal não é propriedade de uma pessoa ou de um partido político. O poder é do povo, e temos de respeitar o povo.

Lamentavelmente, Sr. Presidente, a minha terra fez a opção definida pelas urnas - temos uma "suspeitazinha" de fraude eleitoral nas urnas eletrônicas, porque houve denúncia, assim como houve denúncia sobre os milhões de reais que chegaram por intermédio do Deputado João Magno e de entidades para comprar a eleição em Teófilo Otôni. Mas tudo isso não tem importância. O que temos de verificar agora é que os governos estadual e federal têm a obrigação de combater a desgraça que se abateu sobre a minha cidade. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, cidadãos presentes e que nos acompanham pela TV Assembléia, gostaria de, nesta tarde, refletir sobre o momento por que passamos em Minas Gerais. Um Estado que encontra, de fato, o caminho do desenvolvimento. Temos indicadores positivos que nos alentam, mas temos também a clareza de desafios enormes pela frente. Desafios que existem, obviamente, em todo o País, e o Estado de Minas não é exceção à regra. Um deles, com certeza, é o desafio da segurança pública, que deixou de ocupar, como era no passado, o 3º ou 4º lugar na relação de preocupações do cidadão comum para ocupar, hoje, em quase todos os lugares, o 1º lugar nessa relação. Obviamente, deve ser preocupação, e é responsabilidade do Estado. Quando se diz "Estado", refere-se a todos os entes da Federação: à União, aos Estados e aos Municípios. Todos que têm o dever de zelar pelo bem comum da população, naturalmente, devem estar atentos ao tema segurança pública.

Antes de aprofundar-me neste assunto, com prazer, concedo aparte à nobre Deputada Rosângela Reis, que traz uma preocupação ligada ao Judiciário, à Justiça, à Fazenda Pública.

A Deputada Rosângela Reis (em aparte) - Obrigada, Deputado Domingos Sávio. É uma alegria muito grande falar para todos os telespectadores da TV Assembléia e, em especial, para a nossa região, a qual represento, Ipatinga, Coronel Fabriciano, Timóteo, Santana do Paraíso, Mesquita, Belo Oriente, Ipaba, Naque, Periquito. Esse assunto, Sr. Deputado, refere-se à desativação da Receita Federal de Coronel Fabriciano.

Por meio de uma lei sancionada pelo governo federal, está para ser retirada a Receita Federal de Coronel Fabriciano. O clamor da população é para que não seja retirada essa Receita Federal. A implantação dessa Secretaria foi uma conquista obtida pelo grande potencial da região, que dá uma contribuição para o PIB do Estado de Minas Gerais da ordem de R\$6.000.000.000,00. É uma região rica e necessita da permanência dessa Receita Federal. Com a fusão da Receita Federal com a Previdenciária, a Regional está para ser desativada, fazendo com que, nesse local, instale-se apenas um posto de arrecadação de documentos. Isso irá interferir no índice de desemprego da nossa cidade e dificultar o acesso aos documentos. Por isso, pedimos, por meio de um requerimento de minha autoria, que todos os Deputados da Assembléia de Minas e do Congresso Nacional se envolvam para não deixar que haja essa perda da instalação da Receita Federal. Com os Deputados Leonardo Quintão, Alexandre Silveira e Carlos Willian, estamos buscando unir forças contra a desativação. Se me permite, Deputado, gostaria de ler esse documento. (- Lê:)

"Os Deputados que este subscrevem vêm, na forma regimental, requerer que seja formulado apelo ao Ministro da Fazenda, Sr. Guido Mantega, no sentido da não-desativação da Delegacia da Receita Federal instalada no Município de Coronel Fabriciano. A região do Vale do Aço possui um PIB superior a R\$6.000.000.000,00, e a desativação da delegacia significaria uma séria restrição aos serviços tributários e previdenciários para

a comunidade regional". Muito obrigada, Deputado; muito obrigada, Presidente.

O Deputado Domingos Sávio* - Cumprimento a Deputada Rosângela Reis pela iniciativa, que tem, naturalmente, nossa solidariedade.

Presidente, quero abordar uma série de questões ligadas à segurança. Início fazendo uma constatação. Segurança pública é algo que está inserido dentro do contexto do Estado. É dever do Estado e de todo cidadão. Todo cidadão tem um compromisso com a própria segurança e daqueles que com ele coabitam. Mas não se pode pensar as ações do Estado de forma isolada. O conceito de um Estado democrático, de um Estado de direito civilizado necessita contemplar todas aquelas questões que devem, harmoniosamente, contribuir para que as pessoas vivam livres e com uma boa qualidade de vida. Educação, saúde, segurança alimentar; ter direito à comida, ao trabalho, a uma habitação digna; morar em um lugar em que haja segurança para você e seus entes poderem viver, vias de acesso; enfim, toda a estrutura do Estado, de alguma forma, deve responder, também, ao quesito segurança. E, para que o Estado funcione, tem que ser organizado, competente, um Estado probo, ou seja, honesto, com o dinheiro público bem aplicado. Minha primeira consideração é de que isso é indiscutível. Minas Gerais e o Brasil se rendem a algo absolutamente óbvio.

Minas teve uma virada de página. Ao longo de vários governos - e não responsabilizo isoladamente esse ou aquele - temos visto, de alguma forma, a máquina pública ser sucateada, a figura do Estado cair em descrédito: era um Estado que não pagava, não tinha crédito, possuía uma estrutura inoperante. Ao longo do tempo, acostumou-se à idéia de que o poder público era indolente, e até o próprio servidor público começou a ser um pouco vítima dessa pecha. Fui Vereador, Prefeito e hoje sou Deputado, convivo com os servidores públicos e sei como é a luta de um profissional que dedica sua vida a atender a toda a coletividade, mas essa é a imagem que o cidadão passou a ter das coisas públicas.

Entretanto, em Minas Gerais, tivemos de fato uma virada de página. Em um primeiro momento, a forma de governar do nosso Governador e de sua equipe foi pouco compreendida por alguns, mas, com o tempo, passou a ser aplaudida, se não pela unanimidade - e na democracia não há espaço, nem é conveniente a unanimidade -, pela grande maioria dos mineiros. Sua política foi aprovada porque deu certo para os mineiros, e assim deve ser um governo: deve dar certo para o cidadão. E a consequência é que, em um Estado democrático, esse cidadão diz: "eu aprovo esse governo e o reelejo", como aconteceu aqui, de forma inédita na história, com cerca de 80% dos votos.

Muito se fez. Avançou-se na organização do Estado, na organização financeira, e os investimentos começaram a surgir na área de saúde pública para todos os Municípios. E isso é algo para se destacar e louvar; ao contrário do que às vezes ocorre, como a preferência partidária ou a perseguição política, aqui todas as Prefeituras, sem exceção, receberam investimentos na saúde pública, não apenas aquele investimento obrigatório, mas outros por meio de convênio, em uma ação voluntária do Estado, isto é, o Estado celebrou um convênio e repassou recursos para melhorar a saúde em todos os Municípios mineiros, sejam eles governados pelo PT, pelo PFL, pelo PMDB, pois são mineiros.

Na área da educação, com o transporte escolar, saímos da ordem de investimentos de R\$5.000.000,00, no último ano do governo anterior ao do Aécio, para R\$100.000.000,00, Deputado Sargento Rodrigues. E transporte escolar e escola são assuntos da segurança.

Na área de segurança pública, tivemos os maiores investimentos da história de Minas Gerais. Hoje temos três vezes mais vagas no sistema prisional. E V. Exa., Sargento Rodrigues, um militar, sabe que não adianta prender se não houver um lugar onde o cidadão possa cumprir sua pena. Se isso acontece, colocam-no na rua no dia seguinte, e logo ele estará roubando e matando novamente. É necessário haver uma estrutura prisional, e nunca se investiu tanto para melhorá-la.

Além disso, temos agora mais de 6 mil novos policiais. O Estado há muito tempo estava apenas perdendo seus homens não só no combate ao crime e na violência, mas também em razão de aposentadorias e abandono de carreira. Com o Governador Aécio Neves, esse quadro inverteu-se: começou a crescer novamente o número de policiais na ativa, pela contratação. São mais de 5 mil novas viaturas. Houve um investimento robusto, mas ainda há muito a ser feito, é preciso valorizar o ser humano.

Quero fazer um destaque por questão de justiça. O Deputado Sargento Rodrigues tem espírito combativo, mas também a habilidade de quem sabe que a solução vem pelo entendimento, pelo diálogo. Polícia aprende que respeito, hierarquia, disciplina são fundamentais na vida de um profissional que trabalha com segurança. Quem trabalha com segurança tem que conviver inevitavelmente com o crime, quem salva vidas convive com a morte.

Quero dar meu testemunho de que o Deputado Sargento Rodrigues é um batalhador pelas questões de todos os policiais, mas também compreende as dificuldades do governo e faz a interlocução correta, equilibrada. Ele participou, desde o primeiro momento, nesta Casa, já neste ano, no início de um novo governo, sinalizando: precisamos começar o novo governo buscando um meio de valorizar os policiais militares, os civis, os Bombeiros e os Agentes Penitenciários. Ainda temos muito que avançar, Deputado Sargento Rodrigues, mas não temos dúvida de que já estamos dando passos importantíssimos.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* - Agradeço, Deputado Domingos Sávio, a concessão do aparte. V. Exa. expôs, de forma lúcida, a questão da segurança pública, e de forma "macro", no aspecto da prevenção social, quando se fala na educação, na geração de emprego, na distribuição de renda e, obviamente, também naquilo que compete ao aparelho de justiça criminal do Estado, na sua questão de segurança pública.

É oportuno V. Exa. conceder-me este aparte, porque, em que pese a todo o nosso esforço, desde 1997, desde o primeiro momento em que me propus a lutar por essa classe... Algumas vezes, somos mal compreendidos por pessoas desavisadas. Em 1997, tivemos a coragem de ir para a rua a fim de falar que ganhávamos pessimamente, que o salário estava muito ruim. Naquele momento, fomos expulsos da Corporação. Em 1998, fui eleito Deputado. Mas, em 1997, já havíamos conquistado 48% de reajuste na nossa luta salarial. Foi uma luta democrática, um movimento reivindicatório digno. Naquele momento, era preciso até mesmo a ruptura social. A história nos ensina que, em determinados momentos, é necessária a ruptura para podermos renovar e reconstruir o Estado, que às vezes se encontra deficitário e ruim. Tivemos essa coragem.

Em 1998, fui eleito Deputado. Em 1999, assumimos o primeiro mandato. Em 2000, Deputado Domingos Sávio, no governo Itamar Franco, negociamos e conquistamos, na negociação, na base do governo, um reajuste em três parcelas, culminando num resgate na ordem de 62%.

Naquele mandato, aprovamos aqui uma lei, de minha autoria, que concedeu a pensão integral a 12 mil viúvas de policiais e de Bombeiros Militares. Conseguimos um novo Código de Ética que trouxe dignidade e respeito nas relações entre os militares, no interior dos quartéis. Conquistamos a anistia dos praças excluídos no movimento cívico, em 1997. Houve vários avanços.

Retornei a esta Casa, reconduzido em 2002. Continuamos a nossa luta, Deputado Domingos Sávio. Já em 2003, no governo Aécio Neves, iniciamos uma mobilização por melhores salários, e sobre a questão das promoções. Já em 2004, conseguimos, com o apoio e a aquiescência do governo, o envio do projeto em que alcançamos a tão sonhada promoção por tempo de serviço. Imediatamente, naquele momento, no dia 2 de abril, quando a lei entrou em vigor, cerca de quase oito policiais militares já haviam sido promovidos na graduação de Cabo. Isso, no primeiro ato. No Corpo de Bombeiros, também outra parcela. Continuamos a negociação com o governo do Estado.

Em 2004, precisamente no dia 8 de junho, fechamos um acordo em que foi concedido um reajuste em quatro parcelas, da ordem de 33%. Em 2003, conseguimos elevar o piso salarial de outras categorias, do Detetive inicial de carreira, do Soldado do Corpo de Bombeiros, para R\$1.333,90. E também, um pouco menos, dos Agentes Penitenciários.

Não foi apenas isso. Conseguimos as promoções para os policiais civis, da Classe 1 para a Classe 2; da Classe 2 para a Classe 3; e da Classe 3 para a Classe Especial. Conseguimos também a transformação de 793 cargos de Carcereiro para o cargo de Agente de Polícia. Fui relator do projeto, Deputado Domingos Sávio, o qual conseguiu acabar com o chamado quadro suplementar, o que oxigenou a carreira da Polícia Civil. Tudo isso fruto de interlocução política deste Deputado e do apoio dos demais Deputados desta Casa, tanto da Oposição quanto da base do governo.

Continuamos as negociações. Conseguimos o tão sonhado abono-fardamento, pago no início de maio de cada ano e que representa 40% do vencimento básico, para a compra de uniforme. O abono foi estendido para a Polícia Militar, a Polícia Civil, os Agentes Penitenciários e militares do Corpo de Bombeiros - do Soldado ao Coronel, do Agente ao Diretor, do Agente de Polícia ao Delegado-Geral de Polícia. Pagos também no primeiro ano de governo, na vigência da lei, em 2006. Agora, no dia 5 de maio, será pago o abono-fardamento.

Continuamos, em 2006, a luta com o governo. Falamos ao Governador que há Sargento demorando 11, 12 ou 13 anos para ser promovido. Os Cabos enfrentam uma fila quilométrica para serem chamados para o curso de Sargento, enquanto, para o Soldado, era automático. Com muita luta, Deputado Domingos Sávio, conseguimos negociar com o governo. Ele mandou o Projeto de Lei Complementar nº 86. Fui relator desse projeto, fruto da nossa negociação política com o Governador. Conseguimos aprová-lo.

Ontem a lei entrou em vigor. Apenas neste ano, 961 Cabos serão chamados para promoção. Os Sargentos passarão, de 11, 12, 13 anos, a serem promovidos, no mínimo, em 5 anos e, no máximo, em 7 anos. Isso foi fruto de muita negociação e luta.

Como V. Exa. bem disse, iniciamos, no final do ano passado, a negociação salarial, com o pronunciamento que fiz neste Plenário no dia 20 de novembro e novamente no dia 20 de março. Por isso, de vez em quando, não somos compreendidos. Estivemos negociando com o governo. Colhi assinaturas, inclusive a de V. Exa e a de mais 73 Deputados, também este, num documento que foi entregue ao Governador no dia 12 de abril último, com 75 assinaturas, pedindo que enviasse um projeto de lei tratando da política salarial. Fizemos todos os apelos. Muitos não entendem isso. Estivemos duas vezes com o Governador pedindo que concedesse o melhor reajuste possível e no menor tempo.

Entretanto, ontem o Governador enviou um projeto que estabelece uma política salarial em três parcelas de 10%. Fiz vários apelos ao Governador dizendo que setembro de 2007, setembro de 2008 e setembro de 2009 estão longe; que é preciso trazer isso, no mínimo, para o mês de maio a fim de que possamos ver os policiais civis e militares e os Bombeiros mais bem atendidos.

Este Deputado é autor de 12 leis, das quais 7 votadas para os servidores da segurança pública de forma geral, trazendo enormes benefícios. Em outras fui relator, com aquiescência e negociação junto ao governo. Em várias delas fiz gestão política junto ao governo, e foram aprovadas pelo Executivo, como o abono-fardamento, que trouxe vários benefícios. E, às vezes, somos criticados. Fui convidado pelo atual Presidente da Associação dos Oficiais, xará de V. Exa., o Ten-Cel. Domingos Sávio de Mendonça, para participar da primeira reunião ocorrida no Clube de Cabos e Soldados, mas alguns dos Presidentes não quiseram minha presença. Assim, ausentei-me.

Estive com o Secretário de Governo, Danilo de Castro, e pedi que recebesse as entidades de classe. Dei essa informação ao Vice-Presidente da Associação, Maj. Zoé, mas as entidades de classe, segundo o retorno recebido, não quiseram a agenda com o Secretário. Muitas vezes, os policiais que estão no interior não entendem por que o Deputado não está no carro de som ou participando das reuniões. É porque não permitiram que o Deputado participasse. Continuamos negociando com o governo de forma equilibrada, serena e cobrando veementemente o melhor salário da melhor maneira.

O Governador mandou o projeto. Já protocolamos algumas emendas, porque ainda vou lutar para seu aperfeiçoamento até o último minuto. Melhorar as datas e tentar melhorar o índice. Vamos lutar.

Tive uma excelente notícia por parte do Governador. Primeiro, com a indicação deste Deputado, ele permitiu a correção da diferença salarial do cargo de 3º-Sargento e de Tenente-Coronel. O Governador atendeu essa reivindicação. A outra, que V. Exa. ajudou a votar, trata da aposentadoria dos policiais civis aos 30 anos de serviço. Com muito custo e insistência deste Deputado, conseguimos que ontem ele firmasse o compromisso de aprovar a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de minha autoria, cuja comissão especial já foi designada, o relator é o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, ou, se for o caso, se for melhor do ponto de vista da constitucionalidade, enviar um projeto de lei complementar tratando definitivamente da aposentadoria.

Agradeço a V. Exa. pela atenção, pelo carinho, pela presteza, mas, acima de tudo, pelo apoio que tem dado aos projetos da área de segurança, beneficiando os servidores da segurança pública. Contamos com seu apoio na luta que travaremos, neste Plenário, para aperfeiçoar o projeto do Governador. Muito obrigado.

O Deputado Domingos Sávio* - Sou eu quem agradece o aparte de V. Exa., que ilustrou com muita clareza e competência. Vivemos uma realidade bastante madura do Parlamento mineiro, e não canso de repetir que V. Exa. nos lidera nas discussões relativas à segurança pública. Mas, com a maturidade que tem, sabe que estamos juntos. Aqui não há unanimidade, pois isso não existe no ambiente democrático, mas uma grande maioria é parceira das Polícias Militar e Civil. V. Exa. nos ajuda a estabelecer um diálogo com as lideranças sindicais, ainda que vivamos alguns momentos de dificuldade, o que também faz parte do ambiente democrático. Registro meu respeito a essas lideranças, especialmente às entidades, que são permanentes. Eventualmente, pode-se discordar de uma liderança ou de outra, mas a entidade que organiza uma categoria é muito importante. Ela não pode radicalizar, transformando-se em mero instrumento de oposição ao governo, pois assim não haverá avanço. Deve haver diálogo e boa vontade. Participei de vários momentos de luta ao lado de V. Exa. não apenas durante a proposta de emenda à Constituição que abriu caminho para a questão da aposentadoria dos servidores civis - a qual deverá transformar-se em realidade, com certeza -, mas também em outros avanços, como a promoção de Cabo, Sargento e Detetive, a questão dos agentes de segurança, os Agentes Penitenciários. Criamos o plano de carreira, do qual V. Exa. e eu fomos relatores em duas Comissões; porém gostaria de insistir no aspecto de como é bom ter um governo que, com seriedade e responsabilidade, vai construindo um ambiente de desenvolvimento e segurança para Minas Gerais. O Governador Aécio Neves está fazendo isso. No início do seu mandato, fez algo raro. Não creio que haja nenhum Governador, em nenhum Estado da Federação, anunciando 33,1% de aumento para a segurança pública. Normalmente, em início de mandato, encontram-se várias justificativas para não o fazer, mas o Governador Aécio Neves, que já o fez no primeiro mandato, inicia este segundo mandato dando uma demonstração clara e firme de que tem um compromisso com todos os mineiros, especialmente com a segurança pública. Ao conceder um aumento de 33,1% - obviamente, de forma escalonada, pois seria impossível fazê-lo de uma só vez, sendo preciso prever no Orçamento e adequá-lo à realidade financeira do Estado -, o Governador não faz uma valorização apenas dos profissionais de segurança. Isso, por si só, já seria muito justo, pois se trata de uma atividade perigosa, que põe em risco a vida do profissional e que inclui um custo pessoal maior, pois, a cada dia, precisamos de policiais que não necessitem fazer bico e que possam viver dignamente do seu salário. No entanto o Governador não investe apenas na categoria, mas também no povo mineiro, melhorando a segurança de todos. Todos nós gostaríamos, e não tenho dúvida de que o Governador também gostaria que isso fosse feito para amanhã, mas ele tem uma série de coisas para pensar. Tem a responsabilidade de governar todos os mineiros e deve equilibrar o caixa do Estado.

Já vimos aumentos serem dados no calor da decisão e depois virarem pesadelo: atraso de salários e inviabilidade de se governar o Estado. Como já disse, segurança não é só polícia, são todas as condições para que se tenha uma vida digna: estrada, habitação, educação e saúde. Tudo isso é segurança.

Portanto, o Governador - claro que gostaria que fosse antes - faz, de forma escalonada, esse reajuste salarial: o primeiro será em setembro deste ano; no ano seguinte, mais um reajuste, tudo programado. Por que esse espaço de tempo? Logicamente, as outras categorias também querem reajuste - os professores, os profissionais de saúde, meus colegas médicos- veterinários do IMA, que precisam de aumento, pois os salários estão defasados, e outros servidores. Obviamente, o governo precisa de um tempo para adequar o Orçamento, para atender os policiais e também organizar-se de maneira a valorizar todos os servidores públicos.

Lembro-me de um debate de que participei. Na ocasião, estavam presentes o Deputado Sargento Rodrigues, o Governador e Danilo de Castro. Numa reunião aqui na Assembléia, o Prof. Anastasia também falou sobre a questão da aposentadoria dos policiais civis. V. Exa. luta por isso há muito tempo, e sou seu parceiro nessa luta, assinamos juntos o documento com esse objetivo. E ele dizia: "Vamos chegar lá. Também considero justo, mas precisamos de tempo para atender a cada reivindicação". E esse tempo chegou.

Então, esse governo sério, responsável, procura, a cada momento, atender e cumprir - esse é um diferencial que resgata a credibilidade do Estado - uma determinada reivindicação. Antes era comum o Estado anunciar obras, e não cumprir. Agora, quando o Governador Aécio Neves anuncia que teremos telefonia móvel em todos os 853 Municípios mineiros, o povo acredita, pois, ao assumir um compromisso, ele cumpre. E são 412 Municípios que ainda não têm telefone, mas o Governador está viabilizando a sua instalação. Isso também ajuda na segurança. Alguém ter um telefone para se comunicar ... não deixa de ser um equipamento de segurança.

É isso que me faz ter a convicção de que estamos avançando. Precisamos mais? Precisamos. Mas estamos com o líder certo, responsável, sincero, que dá um passo de cada vez. É claro que gostaríamos que o aumento fosse para ontem, mas a certeza de que ele ocorrerá amanhã, de forma programada, de que um policial militar, um Soldado do Corpo de Bombeiros, um Agente Penitenciário, um policial civil terão salários mais dignos, é importante. Se a inflação for de 8%, como o governo federal anuncia para os próximos três anos - de fato, a inflação no Brasil está caindo, estamos na casa de 2,5% a 3%, com tendência de queda -, teremos quatro vezes o valor da inflação. Trata-se de um ganho real, de um processo de recuperação salarial. Se tivermos governos sérios, que continuem recuperando os salários de ano a ano, chegaremos ao sonho de termos salários dignos. É disso que precisamos para os professores e para os demais servidores do Estado. Confio em que o Governador Aécio, assim como está fazendo uma gestão séria para a segurança, também apontará caminho mais adequado para as demais categorias.

Obrigado, Sr. Presidente, por ter-me concedido esse espaço. Quero encerrar minhas palavras referindo-me a um equipamento de segurança. Com alegria, estaremos acompanhando a inauguração - espero que seja com a presença do Governador -, nos próximos 30 dias no máximo, pois já está pronto, do centro de recuperação de menores.

Esse é um equipamento para recuperar o menor delinqüente, o menor infrator condenado. Vimos que lá no Rio de Janeiro menores estão envolvidos em crimes pesados. Aqui e no interior de Minas isso já está ocorrendo; por exemplo, latrocínio. São "meninos" de 16 e w15 anos que matam para roubar, envolvidos com tráfico de drogas. O Deputado Sargento Rodrigues sabe disso. Portanto, precisamos de um equipamento público para colocar essa criança reclusa, fora da convivência social, mas, ao mesmo tempo, lhe dando educação. Não se trata de equipamento tão simples.

Esse equipamento, com um custo aproximadamente de R\$4.000.000,00, acaba de ser construído em Divinópolis, com 40 vagas, para que aquele menor que está na rua, praticando crime, já com sentença judicial, possa ser recolhido e recuperado, e voltemos a ter um pouco mais de paz. Em alguns lugares, o menor virou um instrumento do crime. É preciso enfrentar isso. E o Governador Aécio Neves tem tido essa coragem.

Pedimos e fomos atendidos. Divinópolis terá um equipamento que começará a funcionar, nos próximos 30 dias, para que possamos lutar para recuperar o menor criminoso, retirando-o do convívio com a sociedade. Se ele é criminoso nesse nível, não adianta passar a mão em sua cabeça e deixá-lo na rua, levando droga, fazendo tráfico, ameaçando, roubando e até matando. Ele tem de ser retirado de nosso convívio. E só há uma maneira de fazer isso: com um equipamento desse tipo.

Estamos dando nosso testemunho. Cem por cento construído com o dinheiro do Estado, esse equipamento está pronto e começa a funcionar no próximo mês, e isso é motivo de termos renovada a nossa confiança. Estamos com um governo sério, onde o dinheiro público é tratado com competência e honestidade. Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado a todos os que nos acompanharam.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 23/4/07, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e do art. 7º da Resolução nº 5.198, de 21/5/01, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.767, de 11/5/89, assinou o seguinte ato:

exonerando Helenice Diniz Abdala Magalhães do cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Parlamentar, padrão AL-25, código AL-DAI-1-05, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete do Deputado Mauri Torres;

nomeando Djalma Drumond Silva para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Parlamentar, padrão AL-25, código AL-DAI-1-05, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete do Deputado Mauri Torres.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2/2007

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2007

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que, em virtude de não haver expediente no dia 30/4/2007, a sessão pública virtual do Pregão Eletrônico nº 2/2007, que tem como objeto a contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviços de conexão de dados, fica adiada para as 10h30min do dia 2/5/2007.

Belo Horizonte, 24 de abril de 2007.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 8/2007

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2007

Objeto: aquisição de café tradicional, torrado e moído.

Pregoaante vencedora: Comercial Boa Opção Ltda.

Belo Horizonte, 24 de abril de 2007.

Paulo Henrique Chiarelli, pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2007

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2007

Objeto: aquisição de DVD-R.

Pregoaante vencedor: Reis Office Products Comercial Ltda.

Belo Horizonte, 24 de abril de 2007.

Paulo Henrique Chiarelli, pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2007

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2007

Objeto: contratação de empresa para fornecimento de lanches.

Pregoaante vencedor: Multipães Indústria e Comércio Ltda.

Belo Horizonte, 24 de abril de 2007.

Paulo Henrique Chiarelli, pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2007

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2007

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 9/5/2007, às 10h30min, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço global, tendo por finalidade a aquisição de componentes para o sistema de radiocomunicação da ALMG.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário das 8h30min às 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente em meio eletrônico. Neste último caso o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 24 de abril de 2007.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2007

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2007

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 10/5/2007, às 10h30min, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço por lote, tendo por finalidade a aquisição de baterias, adaptadores, placas de microfone e carregadores.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário de 8h30min às 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente em meio eletrônico. Neste último caso o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 24 de abril de 2007.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

ERRATA

PROTOCOLO DE INTENÇÕES

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 24/4/2007, na pág. 72, col. 2, exclua-se a frase:

"Objeto deste aditamento: 2ª prorrogação contratual."